



Anais da Assembleia

Nº 154 CURITIBA, SETA-PAIRA; EM 14 DE DEZEMBRO DE 1990 ANO XVI

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO N° 126/90

DATA: 14 de dezembro de 1990.

SÚMULA: Ficam ratificados os termos de revigoração dos convênios firmados respectivamente em 11.12.89 e 09.08.89, onde o primeiro é celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e o Município de Mangueirinha, e o outro, entre o Estado do Paraná, através da SEFA, e o Município de Dois Vizinhos, ambos objetivando a conclusão da construção do Edifício Agência de Rendas nos Municípios.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Ficam ratificados os termos de revigoração dos convênios firmados respectivamente em 11 de dezembro de 1989, e 09 de agosto de 1989, onde o primeiro é celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e o Município de Mangueirinha e o outro é celebrado entre o Estado do Paraná, através do SEFA, e o município de Dois Vizinhos, ambos objetivando a conclusão da construção do edifício da Agência de Rendas nos respectivos municípios.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de DEZEMBRO, em 14.12.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO N° 127/90

DATA: 14 de dezembro de 1990

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a celebrar o convênio com a União através da Secretaria da Ciência e Tecnologia do Instituto de Pesquisas Espaciais e com a UFPR, visando implantar e operar o "Laboratório Associado de Sensoriamento Remoto do Estado do Paraná - LASERP".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar o convênio com a União através da Secretaria da Ciência e Tecnologia e do Instituto de Pesquisas Espaciais e com a Universidade Federal do Paraná, visando implantar e operar o "Laboratório Associado de Sensoriamento Remoto do Estado do Paraná- LASERP".

vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de DEZEMBRO, em 14.12.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO N° 128/90

DATA: 14 de dezembro de 1990.

SÚMULA: Fica ratificado o convênio celebrado em 22.03.90, entre o Departamento de Estradas de Rodagem DER/PR, e a Fundação Social do Paraná - FASPAR, objetivando a prestação de serviços de Guardas-Mirins.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica ratificado o convênio celebrado em 22.03.90, entre o Departamento de Estradas de Rodagem- DER/PR e a Fundação Social do Paraná- FASPAR, objetivando a prestação de serviços de Guardas-Mirins.

Art. 2° - Esta Resolução, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de DEZEMBRO, em 14.12.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente.

RESOLUÇÃO N° 129/90

DATA: 14 de dezembro de 1990.

SÚMULA: Ficam ratificados o convênio celebrados em 26.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental- SUCEAM, e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Ficam ratificados os convênios, celebrados por motivo de urgência, em 26 de dezembro de 1989 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental- SUCEAM, e os Municípios de Alto Paraná, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Colorado, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Iporã, Maria Helena, Munhoz de Mello e Umuarama, objetivando a execução de obras destinadas ao

municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de DEZEMBRO, em 14.12.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 130/90

DATA: 14 de dezembro de 1990.

SÚMULA: Ficam ratificados os convênios celebrados em 20/12/89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental-SUCEAM, e os municípios que especificam, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam ratificados os convênios celebrados em 20 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental- SUCEAM, e os Municípios de Amaporã, Braganey, Cantagalo, Cruzeiro do Sul, Flórida, Florestópolis, Guairaçá, Guaporema, Imbituva, Itaúna do Sul, Janiópolis, Marilena, Mirador, Porto Rico, Planaltina do Paraná, Presidente Castelo Branco, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Tapejara e Tuneiras do Oeste, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 14.12.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 131/90

DATA: 14 de dezembro de 1990

SÚMULA: Ficam ratificados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com os municípios, datas e objetivos conforme especificam.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam ratificados os convênios

celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os municípios adiante mencionados, nas datas e com os objetivos seguintes:

MUNICÍPIO	DATA	OBJETIVO
Medianeira	02.02.90	-Manutenção de veículos, equipamentos e instalações policiais;
Marechal Cândido Rondon	22.02.90	-manutenção de veículos, equipamentos e instalações policiais;
Toledo	22.03.90	-reparos no prédio da Delegacia;
Ortigueira	08.03.90	-reformas no prédio da Delegacia;
Cambé	30.08.89	-manutenção de veículos, equipamentos e instalações policiais;
Cambé (aditivo)	22.02.90	-idem;
Ponta Grossa	24.11.89	-manutenção de veículos, equipamentos e instalações policiais;
Ponta Grossa (aditivo)	22.02.89	-idem;
Assaí	24.02.89	-construção de prédio para Delegacia;
Assaí (revigoração)	16.05.89	-idem;
Assaí (revigoração)	17.08.89	-idem;
Assaí	08.02.90	-idem;
Alto Paraná	13.03.90	-construção de prédio para Delegacia.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 14.12.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente.

RESOLUÇÃO N° 132/90

DATA: 14 de dezembro de 1990

SÚMULA: Ficam ratificados os convênios celebrados em 19.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a Superintendência de Controle e Saneamento Ambiental - SUCEAM, com os municípios de Céu Azul, Matelândia, Missal, Nova Santa Rosa, Toledo, Santa Terezinha do Itaipu, São José das Palmeiras e Vera Cruz do Oeste, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Ficam ratificados os convênios celebrados em 19.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a SUCEAM, e os municípios de Céu Azul, Matelândia, Missal, Nova Santa Rosa, Toledo, Santa Helena, Santa Terezinha do Itaipu, São José das Palmeiras e Vera Cruz do Oeste, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 14.12.90.

(a) ANIBAL KHURY.
Presidente.

RESOLUÇÃO N° 156/90

DATA: 14.12.90

SÚMULA: Fica Prorrogado o atual período Legislativo de Sessões Ordinárias por mais 3 (três) sessões:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73, da Constituição Estadual, CC o § 3° do artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica prorrogado o atual período Legislativo de Sessões Ordinárias por mais 3 (três) sessões.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 14.12.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA ATA DA 116.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 1990 (SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert e pelo Senhor Deputado Pirajá Ferreira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Ironi Pugliesi, João Arruda, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (48) Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, Ferrari Júnior, Homero Oguido, José Alves, Leônidas Chaves e Pedro Tonelli (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N° 230/90

Curitiba, 13 de dezembro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar, mediante licitação, o imóvel denominado "Es-

tância Hidromineral Santa Clara" situado na localidade de Candói, no Município de Guarapuava, com as características que especifica, de propriedade da extinta Paranatur e integrante do patrimônio da FESTUR, conforme transcrição n° 27.485, do Livro 3 -S, às fls. 18/19 do Cartório de Registro de Imóveis do 2° Ofício de Comarca de Guarapuava.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta aos superiores interesses do Estado uma vez que, dada a política adotada para o setor de turismo, não há razões de ordem pública que tornem imperiosa a necessidade de manutenção do imóvel no patrimônio da FESTUR, sendo oportuna a transferência, à luz de conveniência administrativa.

Por outro lado, vale destacar que o projeto de lei em referência prevê expressamente a nomeação de uma comissão especial de licitação a qual, evidentemente, observará o cumprimento de todas as formalidades legais aplicáveis.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI N° 641/90

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, mediante licitação pública, o imóvel com as seguintes características: imóvel denominado "Estância Hidromineral Santa Clara", situado na localidade de Candói, Município de Guarapuava, com o ponto de partida principiando à margem do Rio Jordão, a 510,00 metros da barra do arroio das Águas, onde segue em linha reta com rumo de 16°35'NE e 358,00 metros, daí prossegue em linha reta com o rumo de 50°50' e 230,00 metros de comprimento, onde alcança o arroio das Águas, segue por este acima até o ponto situado a 400,00 metros, mais ou menos, acima de um salto, deste ponto segue em linha reta com rumo verdadeiro de 89°08'SO e com 1.560,00 metros, mais ou menos, de comprimento onde alcança a margem esquerda do arroio de divisa, desce por este até sua foz no rio Jordão e sobe pela margem direita deste até o ponto de partida, abrangendo a área aproximada de 121 hectares, contendo hotel com dois pavimentos construído em alvenaria de tijolos e demais benfeitorias, de propriedade da extinta Empresa Paranaense de Turismo- PARANATUR, e integrante do patrimônio da Fundação de Esporte e Turismo- FESTUR, conforme transcrição 27.485, do livro 3-S, às folhas 18/19 do Cartório de Registro de Imóveis do 2° Ofício da Comarca de Guarapuava.

Art. 2° - Para fins da licitação publicada indicada no art. 1° desta lei, será nomeada comissão de licitação especial no âmbito da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o n° 1010/90, do Senhor João Cândido Ferreira da Cunha Pereira- Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando anteprojeto de lei, visando estender, aos servidores desta Casa, portadores de diploma de nível superior, e ocupantes dos cargos de Bibliotecário, Revisor Assistente, Médico, Odontólogo e Psicólogo, a gratificação de Responsabilidade Técnica, prevista na Lei n° 9.049, de 06.07.89. Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO N° 124/90

Curitiba, 14 de dezembro de 1990.
Senhor Presidente.

Com os meus respeitosos cumprimentos, venho à presença de Vossa Excelência para comunicar a esta Casa de Leis, que por motivos particulares, estarei ausente do País por 20 dias, a partir de 19.12.90.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, protestos de apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.90.
(a) LUIZ ANTONIO SETTI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2895

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 566/90, que acresce artigo 6° e respectivo parágrafo único à Lei n° 8521, de 06.07.87, já alterado pela Lei n° 9.114, de 01.11.89 (proíbe a venda, para crianças e adolescentes, de bilhetes ou equivalentes, em qualquer modalidade de loteria).

Sala das Sessões, em 14.12.90.
(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2902

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 266/90.

Sala das Sessões, em 14.12.90.
(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO N° 2901

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n° 573/90, altera a Lei n° 9391/90, alíquota do ICMS.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 2897

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final para os projetos aprovados em 3ª Discussão constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2892

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 374/90.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2886

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei de sua autoria n° 611/90, que acresce parágrafo único do art. 1° da Lei n° 8521, de 06.07.87, modificado pela Lei n° 9114, de 10.11.89.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 2876

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 625/90, constante da Ordem do Dia de hoje, em 3ª Discussão.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 2877

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, fulcrado no que lhe garante o

artigo 5° parágrafo 3° do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença de seu mandato parlamentar a partir do dia 15 de dezembro, pelo prazo de 16 (dezesesseis) dias, a fim de assumir o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba, em substituição ao arquiteto Jaime Lerner, que estará no exterior, tratando de assuntos de relevante interesse da Capital do Estado, conforme faz prova o ofício n° 180/90-EM, anexo.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) ALGACI TÚLIO:

REQUERIMENTO N° 2880

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a constituição de uma Comissão Especial Interpartidária para estudar o Sistema Financeiro do Estado.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Em 05 de novembro de 1990, Sua Excelência, o Governador do Estado, enviou mensagem à Assembléia Legislativa, solicitando autorização para promover a retirada do Paraná, do Convênio CODESUL-BRDE.

Dada a importância do tema e consideradas insuficientes as justificativas que acompanham a mensagem e reconhecendo ainda que o BRDE faz parte do contexto do Sistema Financeiro do Estado, é sobremaneira importante que se promova um estudo mais detalhado de todo o Sistema Financeiro do Paraná, para que os Senhores Deputados tenham elementos ponderáveis para avaliar devidamente a questão, antes de tomar uma decisão.

REQUERIMENTO N° 2896

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Reverendíssimo Padre João Sallanczyk, ocorrido em Rio Azul dia 09.12.90.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada em Rio Azul, ao Padre Vigário da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus e ao Senhor Prefeito Mário Pietroski, também de Rio Azul e ao Padre Edevino Seguro Provincial-Rua Emiliano Pernetá n. 471 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Vítima de pertinaz enfermidade, ador-

meceu no Senhor, no dia 09 de dezembro último com a idade de 81 anos, o Padre João Salanczyk na cidade de RIO AZUL.

Padre João deixou saudades, deixou somente amigos, entre os quais este Deputado que teve a ventura de conviver com sua amizade e estima por muitos anos.

Foi Pároco de Rio Azul onde serviu por mais de 20 anos.

Padre João Salanczyk dedicou uma vida inteira praticando o bem à humanidade, pois sempre desempenhou com dedicação e grande amor ao próximo, todos os encargos que lhe foram confiados em diversas regiões de nosso Estado.

Ele era uma força da ação missionário da Igreja. Com sua palavra sempre alegre e cativante realçava com preocupação os valores da família e da solidariedade de seus paroquianos, familiares e amigos, com integração da realidade da nossa vida com a doação e o sacrifício.

O Senhor Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto a quem necessita, Senhor, abençoei a família SALANCZYK para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará o seu Servo Padre JOÃO SALANCZYK sob a sua constante proteção para que renovados pelos sacramentos pascais, cheguemos à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos deu participar.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade. E, para os familiares de Padre João a lacuna jamais será preenchida.

O céu será grande e a paz sobre padre João, e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo Padre João.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família SALANCZYK, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2875

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, de voto de congratulações e aplausos à Câmara Municipal de São Jorge do Ivaí, pela justa homenagem prestada aos ex-Prefeitos do Município, Antônio Granzotto, Raul Martins e João Bovo. Requer, outrossim, se dê ciência da decisão desta Casa ao Presidente daquela Edilidade, Pedro Roman, e ao Prefeito Municipal, José Luiz Bovo.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Em tempos como os atuais, quando pouca credibilidade se dá à classe política e aos administradores públicos, é importante que se dê a fatos como o ocorrido em São Jorge do Ivaí, no último dia 07 do corrente mês, o devido registro.

Naquela ocasião, os Poderes Executivo e Legislativo do Município, em decisão aplaudida por toda a comunidade, outorgaram títulos de cidadania aos seus três ex-Prefeitos - Antônio Granzotto, Raul Martins e João Bovo. O primeiro dirigiu São Jorge do Ivaí de 1955 a 1959; o segundo, de 1963 a 1968. E o terceiro, em dois períodos - de 1969 a 1973 e de 1977 a 1983. Deste se deve destacar, ainda, que seu filho, José Luiz Bovo, é o atual prefeito do Município.

O fato marcante, no entanto, é que os três homenageados são pessoas integradas à vida do Município, de cujo desenvolvimento participaram ativamente. À frente da administração municipal, foram exemplo de dedicação, legando a São Jorge do Ivaí um patrimônio de trabalho e de moralidade que orgulha seu povo e seus atuais dirigentes.

Por essa razão, é justo e oportuno que esta Assembléia também se associe à homenagem e, ao mesmo tempo, se congratule com os Poderes Legislativo e Executivo de São Jorge do Ivaí pelo acerto da iniciativa.

REQUERIMENTO N° 2889

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inserção na Ata da presente sessão, votos de congratulações ao município de Juranda, pela passagem do seu 9° aniversário de emancipação política e administrativa, dirigindo os cumprimentos aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como às agremiações partidárias existentes.

Fora de qualquer dúvida, Juranda é um dos melhores exemplos em que a autonomia política e administrativa é desenvolvida

com maturidade e dedicação da sua gente, os frutos são muitos.

Quase dez anos podem tanto parecer pouco ou muito tempo. Depende dos desafios que se tem frente mas acima de tudo depende da vontade de vencê-los. Uma década para Juranda representa muito, não pelo tempo, e sim pelos resultados alcançados com a tenacidade do seu povo que, muito rapidamente, fez do mero distrito de Mamborê um Município com vida própria, calcada na atividade agrícola que é a base do seu desenvolvimento econômico-social.

Assim sendo, Senhor Presidente e Deputados, ao constar nos Anais desta Casa as congratulações à Juranda, o fazemos com a profunda convicção de que cada vez mais a sua contribuição para o engrandecimento do Paraná crescerá.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 2890

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, à inclusão nos Anais desta Casa, votos de congratulações pelo 38° aniversário de emancipação político-administrativa de Peabiru.

1945 foi uma época em que o Estado do Paraná vivia no seu Território um processo de colonização que enfrentava imensos desafios, diante das inóspitas regiões então existentes. Nesse mesmo período, chefiado pelo Senhor Sady Silva, da 5ª Colonização do Estado do Paraná, com sede em Guarapuaça, surgia a poucos quilômetros de Campo Mourão, o povoado de Peabiru, marcando-se assim os primeiros instantes da existência daquela comunidade, já com a presença de José Rios, José Silvério, Dona Candinha Alves, Armindo Sartorelli, Ernesto Mateus, Narciso Simão, Alfredo Ferreira, Emídio Bueno, José Couto Costa, Domingos Camargo Ribas e Dr. Daniel Portella.

Dela extraíndo-se a madeira e em seu solo o cultivo de diversos cereais e leguminosas, a terra desde então era extremamente dádiosa, cuja produção sustentou, como até hoje, o desenvolvimento econômico da região.

Desmembrado de Campo Mourão em 14 de Dezembro de 1951, de acordo com a Lei n. 790, a autonomia de Peabiru refletia a pujança de Peabiru que, de um simples vilarejo se tornara uma progressista e bem organizada cidade.

Desta forma, Senhor Presidente e Deputados, registramos com grande satisfação e orgulho, as nossas felicitações a Peabiru, congratulando-nos com a sua gente hospitaleira e laboriosa, e que seja dado ciência do presente expediente aos Poderes Execu-

tivo, Legislativo e Judiciário, assim como às agremiações partidárias existentes.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 2893

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inclusão nos Anais desta Casa, votos de congratulações pelos 26 anos de emancipação política e administrativa de Boa Esperança, dando ciência aos Poderes Executivo, Legislativo e às agremiações partidárias existentes.

Antes chamada de Barreio do Oeste, a Boa Esperança de hoje é uma consequência direta do esforço empreendido, do pioneirismo, da audácia e do sucesso de uma comunidade que tem crescido à custa de muito trabalho, harmonia e perseverança, constituindo em exemplo de honradez e dignidade.

Como parte indispensável para o crescimento do Paraná e muito particularmente no que tange à região Centro-Oeste, Boa Esperança completa 26 anos mostrando total capacidade em gerir os seus destinos em favor de um progresso que tem sido fruto da ação de cada morador em prol do bem comum.

Desta forma, ao cumprimentarmos à toda a sua laboriosa comunidade, o fazemos num preito de gratidão, de reconhecimento e admiração, com a certeza que continuará a trilhar os caminhos da decência, da fé e do trabalho honesto.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 2894

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, votos de congratulações ao Município de Quinta do Sol, pelo 26° aniversário de emancipação política e administrativa, com os cumprimentos dirigidos aos Poderes Executivo, Legislativo e às agremiações partidárias existentes.

De acordo com a Lei n. 2914 de 29 de outubro de 1956, Quinta do Sol foi elevada à categoria de Distrito pertencente ao município de Campo Mourão; a 25 de julho de 1960, a Lei Estadual n. 4245, fê-lo parte do município de Fênix. A 29 de novembro de 1963, a Lei n. 4788 elevou-o à categoria de Município desmembrado do de Fênix. A instalação do móvel municipal se deu no dia 14 de dezembro de 1964, data em que foi empossado o Senhor Osvaldo Silva como primeiro Prefeito Municipal, eleito.

São datas que marcam épocas constituídas de bravura por parte dos pioneiros que, abrindo clareiras junto às matas, se-

meando o solo e edificando casas rústicas, formaram uma comunidade, que rapidamente se desenvolveu, notadamente através das atividades agropastoris.

Quinta do Sol, com seus 26 anos de fundação como Município, tem muito do que se orgulhar. Primeiramente do seu passado, onde as primeiras famílias que ali se instalaram souberam vencer todas as dificuldades ante à uma então impenetrável região; orgulhosa das gerações subseqüentes que herdaram com tenacidade o mesmo espírito empreendedor dos primeiros habitantes; e orgulha-se dos que, hoje, sabem voltar o pensamento para o futuro, vislumbrando a conquista de novos tempos que sirva para engrandecer ainda mais a já próspera Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 2879

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial deste Poder Legislativo à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, solicitando a instalação de iluminação pública na Rua Geraldo Gabardo, bairro Água Verde, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Pela quantidade de assinaturas contidas no abaixo-assinado anexo, é possível avaliar número de pessoas diretamente interessadas na solicitação, principalmente por ser um importante componente no assunto segurança pública.

Diante disso e do evidente interesse que COPEL tem demonstrado em estender seus serviços a um contingente cada vez maior da população, temos certeza de que serão determinados os estudos balizadores e tomadas as providências necessárias ao atendimento da solicitação.

REQUERIMENTO N° 2899

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial deste Poder Legislativo à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, solicitando a instalação de rede de energia elétrica na área de ocupação instalada na Rua Roberto J. Brekenfeld, no Conjunto Habitacional Pinheirinho, nesta Capital.

Sala das Sessões em 14.12.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A localidade em questão constitui-se em uma área de ocupação, abrigando cerca

de 40 famílias e mais de duzentas pessoas, na totalidade, carentes e desprovidas de recursos financeiros e/ou bens materiais.

Acreditamos ser dispensável falar acerca da importância desse serviço para os subscritores do abaixo assinado anexo, já que todos conhecemos os grandes benefícios advindos da energia elétrica.

Desta forma e tendo em vista o competente trabalho desenvolvido pela atual administração da COPEL temos certeza de que serão designadas as providências necessárias para atendimento ao presente pleito.

REQUERIMENTO N° 2900

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial deste Poder Legislativo à Companhia de Saneamento do Paraná, SANEPAR, gestionando pela instalação de água tratada para atender aos moradores da área de ocupação situada no final da Rua Roberto J. Brekenfeld, nesta Capital.

Sala das Sessões em 14.12.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se a localidade em questão de uma área de ocupação nesta cidade, onde mais de quarenta famílias - cerca de duzentas pessoas - estão vivendo em condições indignas de vida, pela ausência de alguns dos serviços mais elementares de responsabilidade do Estado.

A inexistência de água tratada compromete o nível de saúde dessa população onde há várias crianças, submetidas a condições não recomendáveis de higiene.

Desta forma e tendo em vista a política séria que orienta o trabalho da atual diretoria da SANEPAR, confiamos nas providências a serem tomadas para a solução do problema advertido.

Projeto de Resolução: N° 213/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica prorrogado o atual período Legislativo de sessões ordinárias por mais 3 (três) sessões.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 635/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o pagamento integral do 13º salário aos pensionistas do IPE - Instituto de Previdência do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoioamento:

Algaci Túlio, Luciano Pizzatto, José Rogério Carvalho e Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

Seria perfeitamente dispensável discurrir a respeito dos aposentados deste País, cujos esforços ao longo de uma vida inteira dedicada ao trabalho, são verdadeiramente humilhados, punidos absurda e injustamente com o que recebem, depois de pesados anos de rigorosa e ininterrupta contribuição. No entretanto, em se perdurando essa difícil situação, permanentemente sabe-nos se contrapor a tais distorções.

Os pensionistas do Paraná são um exemplo de uma realidade, mais do que difícil, insustentável. Atualmente neste Estado são 13.681 pensionistas que recebem somente sessenta por cento do valor correspondente do salário então recebido pelo cônjuge, tudo porque a Assembléia não regulamentou o Capítulo II - dos Servidores Públicos Civis, em seu artigo 35, inciso IV em que "O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor ou do servidor falecido...".

Ademais, os pensionistas ainda não terão direito ao 13º salário, mas tão-somente um míngua salário mínimo à título de abono, um quadro perverso, repugnante que parece condenar os pensionistas a exclusão e marginalidade sociais. Tanto é assim que o próprio Presidente da República Fernando Collor de Mello determinou o pagamento integral aos aposentados e pensionistas, um exemplo que o Paraná tem a obrigação de seguir, sobretudo porque é um preceito constitucional.

PROJETO DE LEI Nº 636/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A gratificação pelo exercício de determinadas zonas ou locais, prevista no artigo 172, item X, da Lei n. 6174 de 16 de novembro de 1970, fica fixada em 50% (cinquenta por cento) para os Técnicos da CLT; 70% (setenta por cento) ao pessoal administrativo CLT; e 34% (trinta e quatro por cento) aos estatutários, sobre o vencimento básico desses servidores em exercício no Departamento

Penitenciário do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a contar a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) RUBENS BUENOS

Apoioamento:

Hermas Brandão, Algaci Túlio, Luciano Pizzatto e José Rogério Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

É característica do homem caminhar para as conquistas que almeja. Cada passo dado na direção proposta representa um avanço, nela lançado bases para etapas futuras.

Este Parlamento, como não poderia deixar de ser, deve objetivar, acima de tudo, saber interpretar os sentimentos da sua população, indo ao encontro de tudo aquilo que represente ou venha a se constituir na igualdade entre os homens, preceito sem o qual a Justiça deixa de sê-la em sua plenitude.

Motivados por tais preocupações e substanciados na reivindicação que nos chega de uma parcela de servidores públicos do Sistema Penal do Estado, apresentamos este projeto de lei. Antes, cabe ressaltar à Mensagem oriunda do Poder Executivo que concede gratificação em 150% (cento e cinquenta por cento) para os Agentes de reclusão que esta Casa aprovou, seguramente significa uma concreta e indiscutível consolidação de uma luta que, não de agora, se trava ao longo dos últimos anos pelos funcionários do mencionado sistema. Porém, o projeto de lei contempla somente aos Agente de Reclusão - cujo mérito não discutimos de forma alguma, ao contrário bem sabemos o elevado merecimento - ficando excluídos do aludido benefício o setor administrativo, técnico regidos pela CLT e estatutários, razão pela qual apresentamos este plano de lei.

Neste sentido, os que têm ao menos uma noção do funcionamento das unidades penais do Paraná, podem bem imaginar que a estrutura administrativa, embora a sua especificidade, não é uma unidade isolada do contexto dos presídios. Mas, estão sujeitos os seus funcionários aos perigos dos tumultos ou rebeliões, tanto quanto os agentes de reclusão, vulneráveis à medida em que como administrativos e técnicos, não portando armas nem treinamento de auto-defesa, são portanto facilmente submetidos à ação dos detentos.

Psicólogos, Assistentes Sociais, Psiquiatras, Pedagogos, Advogados e o pessoal administrativo que lhes dão o apoio material, desempenhando suas atividades no contato direto com os encarcerados, cuja significativa parcela inclusive auxilia nos serviços burocráticos, cozinhas, en-

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ - ESTADO MAIOR - 6. SEÇÃO

TABELA DE VENCIMENTOS E VANTAGENS PARA NOVEMBRO/90

IND	POSTO/GRAD	TSV	SOLDO	GRAT/ESP	CURSO	ADICIONAIS	T R V	UNIFORME	REPRES.	TOTAL	EFEI	FOLHA
11.0001	CEL	34				97.000,92	44.254,76			351.351,03	71	2.157.157,19
		33	35.763,35	138.528,66	19.669,84	87.300,83	41.021,39	3.576,30	12.517,17	338.417,57	11	333.417,57
		32				77.600,74	37.700,03			325.434,11	61	1.752.704,66
		31	SOLDO 2	174.332,00		67.900,65	34.554,66			312.559,66	11	312.559,66
		30				59.200,55	31.321,30			279.617,28	11	279.617,28
		25				48.500,46	28.097,94			266.683,75	11	266.683,75
		20				38.800,37	24.854,57			273.750,29		
		15				29.100,28	21.621,21			260.816,83		
		10				19.400,18	18.307,84			247.033,38		
		05				9.700,09	15.154,40			234.949,92		
		00					11.921,12			222.016,16		
SUBTOTAL								60.797,67			171	5.649.671,04
999	TEN CEL	34				87.299,22	39.828,74			316.210,56		
		33	32.127,01	124.708,57	17.702,26	78.569,30	36.916,77	3.218,70	11.265,45	304.570,66	101	3.045.706,65
		32	SOLDO 2	156.895,58		69.839,38	34.803,80			272.918,77	51	1.454.153,04
		31				61.109,45	31.090,82			261.299,87	51	1.486.454,30
		30				52.379,53	28.100,05			249.650,90	51	1.340.254,30
		25				43.649,61	25.270,07			250.811,00	101	1.342.213,50
		20				34.919,69	22.308,90			246.371,18	01	
		15				26.189,77	19.458,93			234.731,29		
		10				17.459,84	16.548,95			223.071,39	11	223.071,39
		05				8.729,92	13.638,98			211.451,50	41	845.805,98
		00					10.729,00			199.811,60		
SUBTOTAL								157.716,35			491	13.236.177,58
888	MAJ	34				91.347,07	37.403,22			294.680,76	21	549.217,51
		33	31.042,58	116.130,31	15.521,29	73.212,38	34.751,66	3.104,26		273.762,48	01	
		32	SOLDO 2	147.172,07		65.077,67	32.040,07			262.916,20	21	525.832,40
		31				56.942,96	29.320,52			252.009,92	31	756.209,76
		30				48.808,25	26.616,95			241.223,64	21	492.447,20
		25				40.673,55	23.905,38			230.377,36	251	6.680.943,50
		20				32.538,84	21.193,81			219.531,09	271	5.727.777,25
		15				24.404,13	18.402,24			208.684,00	11	208.684,00
		10				16.269,42	15.770,67			197.830,53	71	1.294.007,60
		05				8.134,71	13.057,10			186.992,25	61	1.121.953,48
		00					10.347,53			176.145,97	31	528.437,90
SUBTOTAL								254.549,19			821	19.195.735,57
655	CAP	34				65.132,66	29.996,06			227.877,60	61	1.377.277,58
		33	24.855,53	92.982,03	12.427,76	58.619,39	27.024,97	2.405,55		219.195,24	31	657.595,72
		32	SOLDO 2	117.837,56		52.100,13	25.653,00			210.510,07	71	1.473.576,21
		31				45.592,86	23.482,80			201.826,53	11	201.826,53
		30				39.079,60	21.311,71			193.142,18	31	579.426,53
		25				32.566,33	19.140,62			184.457,02	71	1.660.129,40
		20				26.053,06	16.969,53			175.773,47	501	8.799.673,30
		15				19.539,80	14.790,44			167.009,11	931	15.539.207,52
		10				13.026,53	12.627,35			153.101,76	61	950.120,55
		05				6.513,27	10.456,26			149.720,40	21	279.440,31
		00					8.205,10			141.036,05	61	640.216,29
SUBTOTAL								462.312,77			1061	32.343.959,54

fermaria, almoxarifado, etc.

Ao excluir os funcionários técnicos e administrativos do aumento de 150% (cento e cinquenta por cento), permanecendo os mesmos somente com 100, 116 e 88 por cento, respectivamente técnicos CLT, estatutários e administrativo CLT, cria-se uma distorção que não limitar-se-á a percentuais pura e simplesmente, mas proporcionará desníveis salariais gritantes, ao ponto de um agente de reclusão entrar ganhando hoje no mínimo de 60 mil cruzeiros, ao passo que um funcionário do administrativo ou técnico, depois de 25 anos de jornada de trabalho, perceber 40 mil cruzeiros, isso na melhor das hipóteses.

Por estas razões, Senhor Presidente, Senhores Deputados, visamos tão-somente tornar equânime os benefícios a todos, a fim de que a igualdade de direitos não exista como escrita em nossa Constituição, mas que efetivamente na prática ela ocorra como um elementar princípio de cidadania.

PROJETO DE LEI N° 637/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1° - O artigo n° 89, da subseção V, da Lei Complementar n° 41, de 21 de dezembro de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Subseção V - Da gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde.

Art. 89 - Pelas execuções de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde, os titulares de cargos policiais civis, em efetivo exercício dos referidos cargos, perceberão uma gratificação de 1/3 (um terço) dos respectivos vencimentos básicos, acrescidos dos adicionais por tempo de serviço e da Representação por Trabalho Policial - RETP".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) LEONIDAS CHAVES

JUSTIFICATIVA:

Entendemos ser necessária esta lei, por serem os policiais civis membros de uma corporação que atende à população nos momentos em que a segurança pública se faz necessária, incluídos todos os cargos e funções, desde o auxiliar de necrópsia, auxiliar de manutenção policial, carcereiro, identificação datiloscópica, operador de telecomunicações policiais, técnico de manutenção policial, datiloscopista, agente de segurança, escrivão de polícia, detetive, toxicologista, químico legal, perito criminal e médico legista.

Considerando que um Auxiliar de Necrópsia em início de carreira, de

4.ª Classe, recebe conforme a Tabela de Vencimentos Básicos do Quadro da Polícia Civil, Cr\$ 4.392,90 (quatro mil, trezentos e noventa e dois cruzeiros e noventa centavos) de Risco de Vida e Saúde, e que estes valores são iguais aos sete primeiros cargos, entendemos ser necessário a somatória do RETP para os cálculos do Terço Risco de Vida, pois são exatamente esses homens que diariamente colocam suas vidas em constantes riscos, atuando diretamente, frente a frente, com marginais e meliantes que não tem mais nada a perder.

Esta lei, se colocada em vigor imediatamente, reparará uma injustiça que vem sendo praticada aos integrantes das funções da Polícia Civil, desde que abrangendo todos os cargos mencionados anteriormente.

PROJETO DE LEI N° 638/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1° - O inciso IV do artigo n° 13 da Lei n° 6417, de 03 de julho de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV - Gratificação pelo efetivo exercício de função com risco de vida, calculada na base de 1/3 (um terço) do soldo acrescido dos adicionais por tempo de serviço e da gratificação policial militar especial".

Artigo 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) LEONIDAS CHAVES

JUSTIFICATIVA:

Dados colhidos junto a órgãos envolvidos diretamente demonstram que o Terço Risco de Vida corresponda realmente a um terço do total de vencimentos percebidos em todos os postos e graduações da Polícia Militar, desde que em exercício da função.

A medida em questão beneficiará os policiais que atuam no policiamento ostensivo, no policiamento florestal, policiamento de trânsito - urbano e rodoviário -, serviço de combate a incêndio e ações de salvamento, porque todos os integrantes dos quadros funcionais da Polícia Militar respondem por suas funções, em escalas adicionais, o que corresponde a dizer que os mesmos cumprem funções administrativas - em determinado período de tempo - estiveram "a priori" e, estarão "a posteriori" exercendo encargos de extrema responsabilidade que implicam, inevitavelmente, em altos riscos de vida.

Como a função dos Policiais Militares é a de manter a segurança pública, que a cada dia mais se encontra ameaçada, pelo quadro político-social brasileiro, nada mais justo que se acrescente ao Terço Ris-

co de Vida, a gratificação especial alcançada após sucessivas reivindicações.

O Terço Risco de Vida, até o presente momento, é entendido como a somatória do soldo que lhes cabe aos adicionais, o que implica em afirmar que, conforme a Tabela de Vencimentos e Vantagens para novembro/90, um 1º Soldado (que normalmente é o que está na frente de combate), após 35 anos de serviço, receberá somente Cr\$ 8.928,05 (oito mil, novecentos e vinte e oito cruzeiros e cinco centavos), e, esse mesmo 1º Soldado, antes de alcançar 10 anos de serviço, receberá a mínima importância de Cr\$ 4.694,36 (quatro mil, seis-

centos e noventa e quatro cruzeiros e trinta e seis centavos).

Esses valores são irrisórios, levando-se em conta que o risco de vida existe sempre e não está excluído nunca, porque a vida pregressa de cada policial implicará, inevitavelmente, em momentos em que ele terá exercido atividade de eminente risco de vida.

Temos certeza que haverá maior justiça se essa lei for colocada em prática, o mais rápido possível, por entendermos ser de vital importância que os Policiais Militares recebam valores compatíveis com a quantidade de riscos vivenciados diariamente.

TABELA DE VENCIMENTOS E VANTAGENS PARA NOVEMBRO/90

POLICIA MILITAR DO PARANA ESTADO MAIOR 4. SEÇÃO

ED	POSTO/GRAD	TSV	SOLDO	GRAT/ESP	CURSO	ADICIONAIS	T R V	UNIFORME	REPRES.	TOTAL	EFET	FOLHA
590	1o. TEN	34	21.100,37	66.845,98	8.440,15	40.193,25	23.097,00	2.110,04		169.707,67	11	169.707,67
		33	SOLDO 2	87.946,36		43.373,93	21.471,43			163.361,91	31	173.305,72
		32				38.554,60	19.004,97			156.936,14	11	156.936,14
		31				33.735,28	10.270,55			150.510,37	21	381.829,75
		30				28.915,95	16.672,11			144.004,61	31	432.253,82
		25				24.076,63	15.065,67			137.650,84	161	2.282.541,42
		20				19.277,30	13.459,23			131.233,07	81	1.047.064,57
		15				14.457,98	11.852,78			121.907,30	391	4.712.677,56
		10				9.638,65	10.246,34			118.381,54	1131	13.377.113,70
		05				4.819,33	8.639,90			111.955,77	501	5.577.703,50
		00					7.033,46			105.530,00	91	949.770,03
SUBTOTAL								514.849,12			2441	29.468.833,89
590	2o. TEN	34	17.881,67	55.270,13	7.152,67	40.162,24	19.347,97	1.780,17		141.622,85		
		33	SOLDO 2	73.171,80		36.146,01	18.007,23			136.267,09	11	136.267,09
		32				32.129,79	16.670,49			130.512,72	11	130.512,72
		31				28.113,57	15.331,75			125.557,95	31	376.673,06
		30				24.097,34	13.993,00			120.202,99		
		25				20.001,12	12.654,26			114.840,02	111	1.262.323,26
		20				16.064,89	11.315,52			109.493,06	391	4.276.299,28
		15				12.048,67	9.976,78			104.130,07	111	1.145.519,03
		10				8.032,45	8.638,04			98.783,13	41	395.132,51
		05				4.016,22	7.299,30			93.428,16	501	4.671.180,18
		00					5.960,56			88.073,20	171	1.497.244,30
SUBTOTAL								244.978,92			1371	13.886.716,79
395	ASG/OF	34	14.126,52	37.752,63	5.654,61	29.764,58	14.630,37	1.412,65		105.336,76		
		33	SOLDO 2	53.878,55		26.789,12	13.630,21			101.368,15		
		32				23.811,66	12.646,06			97.399,54		
		31				20.835,21	11.653,91			93.430,93		
		30				17.858,75	10.661,76			89.462,32		
		25				14.882,29	9.669,60			85.473,71		
		20				11.905,83	8.677,45			81.525,10		
		15				8.929,37	7.685,38			77.556,47		
		10				5.952,92	6.693,15			73.587,88	11	73.587,88
		05				2.976,46	5.700,99			69.619,26	61	417.715,59
		00					4.708,84			65.650,65	391	2.560.375,51
SUBTOTAL								64.982,60			461	3.451.678,97
SUBTOTAL								644.810,64			401	2.123.316,31

POLICIA MILITAR DO PARANA - ESTADO MAIOR - 6. SECAO

TABELA DE VENCIMENTOS E VANTAGENS PARA NOVENBRO/90

IND	IPOSTO/GRAD	TSV	SOLDO	GRAT/ESP	CURSO	ADICIONAIS	T R V	UNIFORME	REPRES.	TOTAL	EFCI	FOLHA
		34				26.650,82	13.198,78			94.443,48	41	565.550,91
362	SUBTEN	33	12.946,33	35.822,50	4.531,22	23.985,02	12.310,45	1.294,63		90.890,15	21	181.780,30
		32	SOLDO 2	40.768,83		21.320,02	11.422,12			87.376,81	31	242.810,44
		31				18.655,02	10.533,78			83.703,40	41	335.133,90
		30				15.950,01	9.645,45			80.230,14	41	320.720,56
		25				13.325,01	8.757,11			76.676,00	471	3.603.609,76
		20				10.660,01	7.868,78			73.123,47	651	4.026.148,92
		15				7.995,01	6.900,45			69.570,13	241	1.669.483,14
		10				5.330,00	6.072,11			65.816,79		
		05				2.665,00	5.203,78			62.463,46		
		00					4.315,44			58.910,12		
SUBTOTAL								201.962,76			1561	11.745.147,82
		34				24.714,34	12.350,90			87.727,75	41	350.911,02
345	1 SGT	33	12.338,35	32.771,90	4.318,42	22.242,91	11.527,09	1.233,84		84.432,51	21	168.865,02
		32	SOLDO 2	45.110,26		19.771,47	10.703,28			81.137,26	21	162.271,53
		31				17.300,04	9.879,46			77.842,02	21	155.684,04
		30				14.820,60	9.055,65			74.546,77	11	74.546,77
		25				12.357,17	8.231,84			71.251,53	151	1.065.772,91
		20				9.885,74	7.408,03			67.956,28	581	3.941.454,37
		15				7.414,30	6.584,22			64.661,04	901	5.819.493,32
		10				4.942,07	5.760,41			61.365,79	561	3.436.494,33
		05				2.471,43	4.936,60			58.070,55		
		00					4.112,78			54.775,30		
SUBTOTAL								203.782,15			2301	15.178.496,31
		34				23.218,64	11.733,12			82.507,10	11	82.507,10
335	2 SGT	33	11.980,72	31.461,37	2.995,10	20.896,77	10.959,16	1.190,07		79.491,20		
		32	SOLDO 2	43.442,09		18.574,91	10.185,21			76.395,47		
		31				16.253,05	9.411,26			73.299,65	11	73.299,65
		30				13.931,10	8.637,30			70.203,03	11	70.203,03
		25				11.609,32	7.863,35			67.100,01	121	805.296,12
		20				9.207,45	7.037,39			64.012,19	401	3.072.595,22
		15				6.965,59	6.315,44			60.916,37	1221	7.431.797,61
		10				4.643,73	5.541,48			57.820,56	2261	13.067.445,57
		05				2.321,86	4.767,53			54.724,74	1201	7.552.013,76
		00					3.993,57			51.628,92	21	103.257,04
SUBTOTAL								660.137,71			5511	32.259.436,69
		34				22.136,17	11.253,09			78.923,90	21	157.447,31
325	3 SGT	33	11.623,09	29.743,48	2.905,77	19.922,55	10.515,21	1.162,31		75.872,41	11	75.872,41
		32	SOLDO 2	41.366,57		17.708,94	9.777,34			72.920,92	11	72.920,92
		31				15.495,32	9.039,47			69.969,44	31	209.988,31
		30				13.201,70	8.301,60			67.017,95	71	467.125,52
		25				11.068,08	7.563,72			64.066,46	501	3.203.372,85
		20				8.854,47	6.825,05			61.114,77	1111	6.703.761,41
		15				6.640,85	6.007,98			58.163,48	1421	8.257.213,93
		10				4.427,23	5.350,11			55.211,79	2001	14.355.117,17
		05				2.213,02	4.612,23			52.260,50	6101	31.878.904,89
		00					3.074,36			49.309,01	1111	5.473.300,17
SUBTOTAL								1.508.676,73			12901	70.932.075,50

POLICIA MILITAR DO PARANA - ESTADO MAIOR 6. SECAO

TABELA DE VENCIMENTOS E VANTAGENS PARA NOVEMBRO/90

IND.	POSTO/CLASSE	TSV	SOLDO	GRAT/ESP	CURSO	ADICIONAIS	T R V	UNIFORME	REPRES.	TOTAL	EFET	FOLHA
		34				16.841,85	9.369,10			61.021,21	31	183.063,62
315	□	33	11.265,45	21.291,71	1.126,55	15.157,67	8.007,71	1.126,55		50.775,43	11	50.775,43
		32	SOLDO 2	32.557,16		13.473,40	8.216,31			56.539,85	21	113.666,67
		31				11.799,30	7.601,72			54.201,47	01	
		30				10.105,11	7.123,52			52.038,89	21	104.077,77
		25				8.420,93	6.542,13			49.793,31	241	1.175.079,34
		20				6.736,74	6.000,73			47.547,73	1221	5.004.822,59
		15				5.052,56	5.439,34			45.302,14	1451	7.474.953,91
		10				3.368,37	4.077,94			43.056,56	3201	14.200.666,27
		05				1.684,19	4.316,55			40.810,98	6911	20.200.399,94
		00					3.755,15			38.565,40	5161	19.879.740,22
SUBTOTAL								2.090.868,23			10561	77.238.497,30
<i>1ª classe</i>												
		34				15.876,33	8.920,85			57.647,83	41	230.591,02
345	SD /1	33	10.947,82	17.754,86	1.070,76	14.268,70	8.398,94	1.070,76		55.530,99	21	114.661,97
		32	SOLDO 2	30.641,88		12.701,07	7.869,63			53.414,14	21	166.020,28
		31				11.113,43	7.340,42			51.297,20	91	161.679,40
		30				9.525,80	6.811,21			49.100,45	81	393.443,63
		25				7.938,17	6.202,00			47.043,61	791	3.719.825,10
		20				6.350,53	5.752,78			44.946,76	3541	15.911.154,65
		15				4.762,94	5.223,57			42.829,92	4271	18.374.035,77
		10				3.175,27	4.694,36			40.713,08	13581	55.200.357,01
		05				1.587,63	4.165,15			38.596,23	21021	81.129.278,67
		00					3.635,94			36.479,37	55401	202.095.005,09
SUBTOTAL								10.784.561,98			98871	377.820.257,23
250	SD /2	00	8.940,84	14.591,44			2.980,28	894,08		27.406,64	6721	18.417.264,57
			SOLDO 2	23.532,28								
SUBTOTAL								600.824,20			5721	18.417.264,57
TOTAL GERAL								17.870.999,79			155861	722.622.459,79

ANTECIPACAO SALARIAL DE 14,18% SOBRE O SOLDO

PROJETO DE LEI N° 639/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o município de SEGREDO, desmembrado do Município de Cândói, com a área do distrito de Paz, que tem as seguintes divisas:

"Começa no Rio Cavernoso na foz do arroio das Três Palmeiras, subindo este arroio até a foz do Rio da Cachimba, subindo por este até a sua nascente, daí em linha reta e seca alcança o Rio Jordão, descendo por este até a sua foz no Rio Iguaçu, descendo o Rio Iguaçu até a foz do Rio Cavernoso, subindo por este até a foz do arroio das Três Palmeiras, ponto inicial".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) LEONIDAS CHAVES

PROJETO DE LEI N° 640/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O artigo 1° da Lei n° 7777 de 13 de dezembro de 1983, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2° - Os pensionistas do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, perceberão, exclusivamente no mês de dezembro de cada ano, a título de décimo-terceiro vencimento, um salário igual ao do último provento percebido, independentemente do valor da pensão".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Estadual em seu artigo 34 diz que é direito do servidor público o décimo-terceiro vencimento com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

O servidor público aposentado tem dado a sua cota de participação previdenciária no que tange ao décimo-terceiro vencimento quando desconta a contribuição de 8% sobre referido vencimento sem, no entanto, percebê-lo.

Assim, para estabelecer a isonomia princípio maior consagrado na Carta Magna Estadual, entre os servidores públicos, a moralidade administrativa de receber e pagar é que se propõe o presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, não há oradores inscritos.

Passamos, de imediato, ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao chegarmos ao final da 11.ª Legislatura, eu quero registrar nos Anais deste Poder Legislativo os momentos que vivemos durante cinco meses em Cianorte e região, quando passamos por sérias dificuldades morais, não só atribuídas ao Deputado Dirceu Manfrinato, mas, a alguns empresários de Cianorte.

Pela convivência que aqui tivemos ao longo do tempo, eleito pelo desejo da população do Paraná em 1983, aqui assumimos pela primeira vez o nosso mandato de Deputado Estadual.

No período de 1983 a 1986, procuramos fazer do nosso mandato a responsabilidade, a integridade nos compromissos com o povo do Paraná.

Acima de tudo, o respeito, a seriedade do nosso comportamento, neste Parlamento.

Concorremos em 1986, a reeleição para Deputado Estadual, e objetivamos quase o dobro dos votos que obtivemos em 1983.

E, passamos a concorrer novamente às eleições do dia 3 de outubro de 1990, e devo ao povo da minha região e do Paraná, a minha gratidão por conduzir mais um mandato a este Deputado.

Mas, quero dizer aos meus companheiros, aos meus colegas da Assembléia Legislativa do Paraná, a quem neste momento devo uma prestação de contas, porque quem não se defende não merece ser defendido pelos companheiros.

Vivemos um episódio de cinco meses em Cianorte, com relação a cinco seqüestros que aconteceram com empresários daquele Município.

Em todos os seqüestros foram pagos os resgates, e, infelizmente não sabemos as origens dos comentários que envolveram alguns empresários, alguns profissionais liberais de Cianorte e até mesmo o nome do Deputado Dirceu Manfrinato com a possível participação ou envolvimento até, na questão dos seqüestros acontecidos.

E eu passo a ler, Senhor Presidente, Senhores Deputados, trechos da matéria transcrita pelo jornal "A Tribuna de Cianorte", no dia 09 de dezembro de 1990.

Nós queremos também registrar aqui os nossos parabéns à Polícia Militar, à Polícia Civil, ao Governador Álvaro Dias, que tanto se empenhou para que este caso fosse solucionado na região de Cianorte, e no Paraná.

Ao Senhor Secretário de Segurança, Se-

nhor Moacir Favetti, queremos agradecer ao Delegado de Polícia do Interior, Doutor José Maria Correia e em especial queremos agradecer ao Tenente Lima, da Polícia Militar pela forma das investigações ocorridas com brilhantismo, enaltecendo o nome da Polícia Militar do nosso Estado.

No teor das declarações, que aqui constam na Tribuna de Cianorte na declaração do Tenente Lima, fez questão de frisar ainda a colaboração dos empresários cianortenses que inclusive colocaram veículos à disposição da equipe que operava no Caso bem como o Prefeito Edno Guimarães e do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato que foram peças de suma importância para o desvendamento do crime. Em nenhum momento demonstraram falta de confiança da nossa equipe dando a nós total apoio durante esses meses de trabalho em Cianorte, em várias cidades de Paraná e finalmente no Estado de São Paulo.

Prosseguindo o Tenente Lima declarou com referência cogitada à participação do Deputado Manfrinato nos seqüestros, queremos informar que nada disso foi verdadeiro. Realmente existiu um Deputado que tem um certo vínculo com os seqüestradores. Mas, o Deputado é o Deputado eleito agora Mário Bezerra que teve como um dos fiscais do PRN aqui em Cianorte o Ambrosino, "Mineirinho", havendo inclusive durante a última campanha política alguns desentendimentos entre esses elementos e os participantes do PMDB. Eu gostaria que a comunidade fizesse justiça para com o Deputado e se retratando desses boatos, pois ele não teve nenhum tipo de vínculo com nenhum dos membros da quadrilha; aliás, é válido afirmar que o Deputado Dirceu Manfrinato foi uma das pessoas mais interessadas na prisão da quadrilha, como Deputado e como cidadão cianortense; o mesmo teve total interesse em fazer com que a tranqüilidade voltasse a reinar em Cianorte, principalmente dos empresários locais da região.

É isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Não queremos atribuir ao Deputado eleito Mário Bezerra a responsabilidade do fato, apenas queremos reafirmar de que nós não podemos ser julgados da forma que fomos e não sabemos quais foram os interesses políticos que vieram atrás de tentar denegrir o nosso nome, a nossa imagem no município de Cianorte.

É certo, sem dúvida nenhuma de que o nosso comportamento a quem conviveu com a comunidade de Cianorte ao longo dos trinta e sete anos, tendo suas raízes profundas na família e que ainda existem, nós não poderíamos silenciar, de forma nenhuma, de uma prestação de conta aos meus companheiros da Assembléia Legislativa do Paraná. Temos, acima de tudo, de prezar pelo nosso mandato, pela nossa dignidade e pelo res-

peito da família que temos para que o nosso nome não seja, por interesses particulares ou políticos, jogado à lama, em tão pouco tempo quando levamos tanto tempo para construí-lo.

Era isso o que tínhamos a dizer Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje o episódio está encerrado; com a participação efetiva da Polícia Militar conseguimos mostrar à população da região quem são os responsáveis pelos seqüestros ocorridos no município de Cianorte. Confesso que tivemos um prejuízo eleitoral porque se o fato tivesse sido desbaratado antes do dia 03 de outubro nós teríamos tido uma votação mais expressiva do povo de Cianorte e da região. Mas, Deus sabe o caminho certo e sabe defender os homens que procuram seguir o caminho da lealdade, da honestidade e da seriedade.

Concedo aparte ao Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Deputado Dirceu

Manfrinato, nós o apartamos para dizer da nossa satisfação, da nossa alegria, em saber que foi solucionado o caso do seqüestro de Cianorte. Fomos procurado por companheiros políticos da região para que na época tirássemos proveito da difamação, da calúnia que imputavam os vossos adversários a Vossa Excelência. Não fizemos isso porque jamais iríamos fugir da ética, deixar de lado o nosso companheirismo. Nossa solidariedade a Vossa Excelência e a satisfação de ter visto solucionado esse caso de seqüestros, e aproveito também o ensejo para parabenizar a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Prefeito de Cianorte, e ao Governador Álvaro Dias que por duas vezes tivemos a oportunidade de, naquela época, estarmos em Cianorte, e vimos o Governador determinar uma ação ágil e rápida das Polícias Militar e Civil para que localizassem os seqüestradores e mostrassem ao povo quais eram, realmente, os devedores daquele caso.

Por isso, nós que temos o prazer de trabalhar ao lado de Vossa Excelência na região, nós que representamos a microrregião onze aqui na Assembléia, eu não poderia deixar de dizer da satisfação, da alegria de ver hoje desvendado o caso e de saber que, mais uma vez, Vossa Excelência sai impune das calúnias e das difamações que os seus adversários, às vezes, lhe querem imputar.

Meus parabéns.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado pela solidariedade que recebo de Vossa Excelência neste momento e quero dizer que no tocante à área de segurança, está zerado no Paraná os casos de seqüestros ocorridos, todos eles tiveram o seu fim.

Parabenizamos a segurança do nosso Estado, mas quero destacar de primeira mão, a importância que tivemos do apoio do Governador Álvaro Dias que não se omitiu de dar apoio à nossa segurança pública, tanto à Polícia Civil quanto à Militar, para que este fato fosse desvendado, e a população de Cianorte tivesse conhecimento profundo de quais eram os responsáveis por esses atos.

E ao falar no Governador Álvaro Dias, quero aproveitar o ensejo para registrar também aqui a minha gratidão durante esses quase quatro anos que convivi aqui na Assembleia Legislativa do Estado como Vice-Líder do Governo, a nossa participação junto ao Legislativo e a participação do Governador Álvaro Dias em apoio aos municípios que represento.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado Dirceu Manfrinato?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Em seguida.

Nós queremos destacar o apoio que recebemos do Governador, sabemos das dificuldades existentes com relação aos planos econômicos que vivemos durante esses quatro anos em nosso País e que atingiu, sem dúvida nenhuma, os Estados brasileiros e, conseqüentemente, os municípios. Mas, mesmo com todas as dificuldades o Governador Álvaro Dias procurou equilibrar o Estado do Paraná, às vezes até tendo que tomar algumas medidas impopulares, e que, tenho certeza que essas medidas serão compreendidas no futuro, para que o Estado não caísse no caos como hoje nós estamos sentindo em outros Estados brasileiros, que não têm recursos para pagar o 13º salário. O Paraná hoje é um Estado inédito quando o Governador repassa recursos a fundo perdido para ajudar os prefeitos a saldar também o 13º salário.

Eu concedo um aparte ao nobre Deputado Lindolfo Júnior.

O Sr. Lindolfo Júnior - Deputado Dirceu Manfrinato, Vossa Excelência amigo, companheiro, colega de Parlamento, fiel escudeiro do Governador Álvaro Dias durante esses quatro anos, reeleito Deputado Estadual numa cidade em que o Prefeito é do nosso Partido, Partido Liberal. E exatamente pela sua dedicação, pelo seu trabalho junto ao povo cianortense da região, como liberais, liberando até prefeitos, vereadores e os nossos candidatos, o nosso prefeito apoiou sua candidatura.

Mas, não poderia eu me furtar de deixar registrado a minha indignação com relação a esse episódio. Confesso que eu não sabia dessa afirmação, dessa calúnia, dessa mentira eleitoreira tentando achacar o

seu nome, exatamente porque Vossa Excelência sempre foi um Deputado combativo e um Deputado que sempre conquistou pelo seu trabalho, pela sua lealdade junto ao Governo do Estado, inúmeras obras para os municípios que Vossa Excelência representa. Eu, sinceramente, fico indignado com a colocação de alguns políticos que, de forma eleitoreira, se aproveitam para tentar enlamear o nome honrado de Vossa Excelência.

Eu não sei quem são os culpados, só sei que o grande argumento, Deputado Manfrinato, daqueles que não têm argumentos, é exatamente a mentira, a ausência e o ódio.

Vossa Excelência superou tudo isso e conseguiu voltar para esse Parlamento. Desejo-lhe de todo o coração felicidades, muito trabalho, nós que deixamos o Parlamento, desencantados até com inúmeros projetos apresentados, muitos deles engavetados, inúmeras propostas apresentadas, muitas delas rejeitadas e uma delas, aquela que limita em 20% a cobrança da taxa de esgoto, que infelizmente não foi aprovada e que o Governador eleito, numa visita recentemente durante a campanha na Cidade Canção, comentava sobre esta cobrança escorchante da SANEPAR. Eu espero que Vossa Excelência continue lutando pelos humildes, por aqueles que necessitam, por aqueles que sofrem, porque nós Deputados temos um padrão de vida diferente desse "povão" que está aí à mingua, esquecido e que precisa de voz neste Parlamento, já que o Parlamento Estadual, como a Câmara Municipal representam interesse dos munícipes, nós representamos o interesse do Estado do Paraná.

Por isso mesmo parabéns a Vossa Excelência pela reeleição e eu espero que continue trabalhando e muito, além de leal seja amigo e sincero para com o Governador eleito, para que possamos corrigir uma série de injustiças, passando inclusive por adversidades, por crises que sofremos neste momento da vida atual brasileira, para que possamos suportar, na virada do milênio dias melhores, não somente na virada do milênio mas já no próximo ano que tenhamos um Paraná como o Governador eleito tentou fazer aqui em Curitiba e que ele sempre apregoa, que Curitiba era uma cidade bela hoje e depois da sua administração ela se tornou bela e justa e espero que o Paraná seja reconhecido e principalmente a sua região, a nossa região esquecida até pelo governo federal, pelos governos estaduais, interpretado Deputado Manfrinato, por alguns políticos e líderes de outras regiões e que a nossa região é a mais beneficiada com as administrações que passaram, as últimas administrações do Governo do Paraná, isso não é verdade e eu espero

que esse projeto Vossa Excelência o re-apresente e tente lutar para que possamos diminuir esta injustiça para com os consumidores da SANEPAR. Caso contrário, Deputado Dirceu Manfrinato eu voltarei para minha cidade e daqui dois anos, pelo trabalho que realizamos nós disputaremos sim a Prefeitura Municipal e se preciso for, Deputado Manfrinato nós brigaremos com a SANEPAR para devolvermos a água para nossa cidade, já que a sua cidade de Cianorte sustenta mais de 50 municípios da região com a tarifa cobrada dos cianortenses e a minha cidade sustenta hoje aproximadamente 135 municípios do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu agradeço Vossa Excelência pela solidariedade e ao mesmo tempo testemunho da nossa conduta, da nossa vida política neste Parlamento.

A defesa que faço não é uma defesa só do Deputado Dirceu Manfrinato. Faço pelos meus amigos, companheiros, também injustiçados, que tiveram como suspeitas a sua participação de alguns amigos nesse episódio do seqüestro de Cianorte. E é lamentável, ilustre Deputado Lindolfo Júnior, quando você tem os companheiros que acreditam, que confiam em você, que veste a camisa das eleições para levá-lo a conduzir novamente a Assembléia Legislativa, confiando na nossa dignidade, confiando na nossa pessoa. A esses amigos que foram injustiçados eu registro nos Anais desta Casa, em nome do Deputado Dirceu Manfrinato, a minha solidariedade, o meu respeito perante a sociedade de que estes conviveram ao longo do tempo e esses que me acompanharam novamente nesse processo eleitoral, do dia 3 de outubro, a palavra de amigo, de lealdade, de fé e de confiança do Deputado Dirceu Manfrinato.

Vossa Excelência sabe, apesar de não ter concorrido ao Governo do Estado, não sabemos as razões, mas sabe que foi um ano eleitoral dos mais difíceis vivido no Brasil. Todos que aqui estão, que concorreram, que procuraram a reeleição ou até mesmo aqueles que não tenham mandatos, sabem que pelo desgaste dos homens públicos e que não são todos os responsáveis por estes desgastes. Nós temos que separar os políticos que se elegem por ideais, os políticos que buscam a solução, que querem defender aquilo que é bom para o nosso Estado, sem, acarretar prejuízo a nenhum segmento da sociedade.

Vossa Excelência sabe que foi difícil buscar uma reeleição, e os que disputaram pela primeira vez também sabem disto. E nós, além desta dificuldade do discreto homem público, passamos a conviver com esta imagem negativa da suspeição em nosso nome com relação ao seqüestro ocorrido em

Cianorte. Mas superamos todas as fases, porque sabemos que a nossa integridade, acima de tudo, o nosso comportamento de sinceridade, de honestidade, recebemos na nossa criação. Eu agradeço a solidariedade que recebi dos meus companheiros da Assembléia Legislativa do Estado, certo de que aqui cumpri a minha função, o meu dever como Deputado, de prestar esclarecimento à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa e aos demais Deputados que compõem esta Casa. Saio daqui, ao deixar esta tribuna, na décima primeira legislatura, digo, no encerramento da décima primeira legislatura, saio daqui como saí na primeira, na segunda e sairei na terceira, se Deus quiser, com a cabeça erguida, porque nós não estaremos comprometidos com corrupção e nada daquilo que seja desonesto, que venha atingir nosso nome. Fica, Senhor Presidente, Senhores Deputados, registrado aqui a nossa posição em defesa dos demais companheiros que também tiveram os seus nomes como suspeitos. Agradeço a atenção de todos os Senhores Deputados e agradeço mais uma vez o apoio que recebi do Governador Álvaro Dias para que esse episódio chegasse ao final.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra do o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PDS, com a palavra. PDC, PRN, PTB, PFL.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, uso do Horário da Liderança do meu partido para registrar e pedir a manifestação desta Casa, através do apoio e do voto dos Senhores Parlamentares, a três ilustres pessoas, ex-Prefeitos que foram alvo de homenagens em seu município por relevantes serviços prestados a sua comunidade de São Jorge do Ivaí.

O requerimento é nos seguintes termos, Senhores Deputados:

SÚMULA: Requer voto de congratulações à Câmara Municipal de São Jorge do Ivaí. Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, de voto de congratulações e aplausos à Câmara Municipal de São Jorge do Ivaí, pela justa homenagem prestada aos ex-Prefeitos do município, Antonio Granzotto, Raul Martins e João Bovo. Requer, outrossim, se dê ciência da decisão da Casa ao presidente daquela edilidade, Pedro Roman, e ao prefeito municipal, José Luiz Bovo.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Em tempos como os atuais, quando pouca credibilidade se dá à classe política e aos administradores públicos, é importante que se dê a fatos como o ocorrido em São Jorge do Ivaí, no último dia 07 do corrente mês, o devido registro.

Naquela ocasião, os Poderes Executivo e Legislativo do município, em decisão aplaudida por toda a comunidade, outorgaram títulos de cidadania aos seus três ex-prefeitos - Antonio Granzotto, Raul Martins e João Bovo. O primeiro dirigiu São Jorge do Ivaí de 1955 a 1959; o segundo, de 1963 a 1968. E o terceiro, em dois períodos - de 1969 a 1973 e de 1977 a 1983. Deste se deve destacar, ainda, que seu filho, José Luiz Bovo, é o atual prefeito do município, tão honrado, tão dinâmico quanto os homenageados.

O fato marcante, no entanto, é que os três homenageados são pessoas integradas à vida do município, de cujo desenvolvimento participam ativamente. À frente da administração municipal, foram exemplo de dedicação, legando a São Jorge do Ivaí um patrimônio de trabalho e de moralidade que orgulha seu povo e seus atuais dirigentes.

Por essa razão, é justo e oportuno que esta Assembléia também se associe à homenagem e, ao mesmo tempo, se congratule com os Poderes Legislativo e Executivo de São Jorge do Ivaí pelo acerto da iniciativa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, solidarizo-me com o Deputado Basílio Zanusso e também com o município de São Jorge do Ivaí pela homenagem prestada aos ex-prefeitos, às autoridades daquele Município e também parabenizar o Prefeito pela atitude e a Câmara Municipal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a Liderança do PDT.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. A Assembléia precisa examinar com a mesma atenção com que examinou a questão da redistribuição das verbas orçamentárias para os municípios - da redistribuição do ICMS, questão que culminou num acordo entre as bancadas dos diferentes partidos, o Deputado Mário Pereira e o Deputado Caíto Quintana - a questão do sistema financeiro estadual.

É imperioso, é necessário que nós, se formos votar a retirada do Paraná, da participação do Paraná, no acordo entre os três Estados que possibilita a existência

do BRDE, no acordo CODESUL, nós o façamos com consciência. É preciso que a gente conheça realmente o que está acontecendo com o sistema financeiro do Estado.

Por isso, eu consulto o Senhor Presidente sobre o dia da Sessão Especial, requerida por este Deputado, para exame do sistema financeiro estadual. Deputado Anibal, eu estou perguntando o dia da semana que vem que nós teremos para discutir o sistema financeiro. Foi aprovado o requerimento? Depende da Mesa marcar a data?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa comunica a Vossa Excelência que pretende convocar a Assembléia do dia 3 de janeiro a 18 de janeiro.

O SR. RAFAEL GRECA - Então, será em janeiro?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em janeiro.

O SR. RAFAEL GRECA - A própria discussão do BADEP será em janeiro?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está encarregado de fazer os convites e marcar o dia entre os dias 3 e 18 de janeiro.

O SR. RAFAEL GRECA - Então, esta Mensagem do BRDE, no meu ponto de vista, só pode e só deve ser votada conscientemente pela Assembléia, depois da discussão do sistema financeiro estadual, aqui na Assembléia entre 3 e 18 de janeiro. Era isso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Vossa Excelência indagado pelo Deputado Rafael Greca, acerca da palestra que ele requereu nesta Casa, Vossa Excelência informou que será entre 3 e 18 de janeiro, mas consta da Ordem do Dia em 1.^a discussão, Mensagem do Governador do Estado, que solicita autorização desta Casa, para que o Paraná saia do entendimento do BRDE com os demais Estados. Desta forma, apenas para minha orientação, se mantém na Ordem do Dia ou não? Repito, consta da Ordem do Dia...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Todas as mensagens governamentais serão incorporadas à convocação extraordinária.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Inclusive esta que consta da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Também.

A Mesa, após a sessão, convida novamente as Lideranças para se ajustar o período da convocação extraordinária.

A Mesa consulta à Liderança dos partidos: (PL - PT - PSDB - PMDB) se desejam fazer uso do seu horário.

(DECLINAM).

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem n° 230/90, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, incluindo anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a alienar, mediante licitação, o imóvel denominado "Estância Hidromineral Santa Clara".- À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício n° 124/90, subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente, comunicando a este Poder, que por motivos particulares, estarei ausente do País por 20 dias, a partir de 19/12/90.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, devidamente apoiados, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Leônidas Chaves, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 566/90.- Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério de Carvalho, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 573/90.- Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 266/90.- Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 501/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 171/90), que dispõe sobre o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista para o exercício financeiro de 1991. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação, acima aprovados:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 566/90, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que acresce artigo 6° e respectivo parágrafo único à Lei n° 8521, de 06.07.87, já alterada pela Lei n° 9114, de 01.11.89 (proíbe a venda, para crianças e adolescentes, de bilhetes ou equivalentes, em qualquer modalidade de loteria. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 134 de 07.11.90).

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 573/90, de autoria do Deputado José Rogério Carvalho, que altera a redação da Lei n° 9391, de 1° de outubro de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral.

Sobre o referido projeto, emendas em n° de 08, de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 01, AO PROJETO DE LEI N° 573/90.

Que altera dispositivos da Lei n° 8933/89 e dá outras providências:

Acrescenta o art. 4°, ao Projeto de Lei n° 573/90, para dar ao parágrafo 2°, do art. 67, da Lei n° 8933/89, a seguinte redação:

"§ 2° - Na reincidência à infração descrita no artigo 66, § 1°, item I, o prazo de 3 anos, de que trata o parágrafo anterior, inicia-se na data do encerramento automático do processo administrativo fiscal sumário, na forma do inciso II, do artigo 69, sendo cominada no momento das novas inscrições em Dívida Ativa".

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoio: Acir Mezzadri, Basílio Zanusso, Pirajá Ferreira e Mário Pereira.

JUSTIFICATIVA:

A não aplicação da pena de reincidência aos pagamentos efetuados até a data da inscrição do crédito tributário na Dívida Ativa visa incentivar os contribuintes a quitarem seus débitos antes da execução judicial, o que reduz o número de certidões de Dívida Ativa e conseqüentemente os custos operacionais.

Atualmente a reincidência incide a partir do 31° (trigésimo primeiro) dia após o vencimento do imposto mensal declarado, a nova redação propõe sua aplicação por ocasião da inscrição na Dívida Ativa, possibilitando que o contribuinte efetue o pagamento com a penalidade original até aquela data.

EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO, DE N° 02

Que altera dispositivos da Lei n° 8933/89, e dá outras providências:

Dá aos itens 3 e 4 do "GRUPO B", do art. 2°, do Projeto de Lei n° 573/90, a seguinte redação:

"Item 3 - Tratores, microtratores, máquinas e implementos agropecuários e agrícolas (em todos, excetuadas peças e partes) classificados nas posições NBN SH 8701.10.0100, 8701.90.0100, 8701.90.0200, 8201, 84.24.81, 8432, 8433, 8436 e 8437;

Item 4 - máquinas e aparelhos industriais (exceto peças e partes), classificados na NBN/SH nas posições: 8417 a 8422, 8424, 8434 a 8449, 8451, 8453 a 8465, 8468, 8474 a 8480 e 8515".

Item 5 -

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

Apoio: Acir Mezzadri, Basílio Zanusso, Pirajá Ferreira, Mário Pereira.

JUSTIFICATIVA:

A alteração do item 3 (três) visa incluir os implementos agropecuários das posições 84.24.81 e 8436.

Alteração do item 4: a redação do projeto reduz alíquotas apenas na aquisição final pelo usuário industrial.

A redação do projeto reduz alíquota apenas na aquisição final pelo usuário. A redação proposta reduz em toda a etapa de circulação interna (dentro do Estado) dando maior amplitude aos incentivos.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 03

EMENDA ADITIVA:

Acrescentem-se artigo e incisos.

Art. 1° - Altera-se o inciso I, do artigo 9°, da Lei n° 8.933/90, que passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 9° - ...

I - Seguro"

Art. 2° - Acrescentem-se o inciso II e § 1° ao artigo 10, da Lei n° 8933/89, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 10 - ...

I - ...

II - ...

III - Os acréscimos financeiros cobrados nas vendas a prazo, a consumidor, até o limite da variação mensal do BTN, acrescida de 1% (um por cento), não integram a base de cálculo do ICMS, quando destacados na nota fiscal.

§ 1° - Nas operações contratadas para pagamento a prazo em BTN, ou qualquer outro índice oficial de aferição da inflação ou da desvalorização monetária, o valor do ICMS destacado em Nota Fiscal por ocasião da saída das mercadorias não será complementado em virtude de diferenças geradas pela atualização monetária baseada naquele índice oficial"

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

Apoio: Renato Adur, Artagão Mattos Leão e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

1. O artigo 1° da emenda impõe-se pela sua vinculação ao conteúdo proposto no art. 2°.

Deseja-se operar modificações na estrutura da base de cálculo do ICMS, que, pela Lei n° 8933/89, é composta, em linhas gerais, pelo valor da operação adicionado das parcelas relativas a seguro, juros, frete e outras importâncias auferidas pelo vendedor, dentre elas os acréscimos financeiros nas vendas a prazo.

Esta alteração é processada pelo artigo 2° do Projeto de Lei qual seja a de excluir da base de cálculo do ICMS o valor dos acréscimos financeiros nas vendas a prazo, a consumidor final, pois é ele fruto nada mais nada menos que da expectativa inflacionária embutida nos preços.

Ademais, é de se ver que os acréscimos financeiros associados às vendas a prazo, for incluídos na base de cálculo do extinto ICM quando incorporados ao prazo praticado pelo comerciante, já suscitavam ampla discussão.

Por quê? Porque se tratava de modalidade mais onerosa para o consumidor final em confronto com a redução de custos proporcionais pela intermediação financeira em operações do gênero.

Aliás, o anteprojeto do novo sistema tributário, extraído da COMISSÃO TEMÁTICA específica na Assembléia Nacional Constituinte, trazia para a base de incidência do ICMS os acréscimos financeiros - e não mais do IOF o que, por evidente, beneficiaria os Estados em detrimento da União, porém não ofereceria vantagens ao consumidor final, na medida em que a equalização de encargos nas operações a prazo sucederia ao nível superior ou máximo.

Emendas substitutivas logo cuidaram de excluir o dispositivos sobre a matéria, sob o argumento de que, daí sentir-se-ia um poderoso estímulo à intermediação financeiras e à horizontalização empresarial, dado que é significativa a diferença de custos em se agregando o ICMS sobre os acréscimos financeiros visa a agregação de IOF sobre a parcela de venda a prazo financiada.

Registre-se de que a diferença dos custos, entre uma empresa e outra, guarda razão proporcional com o índice de expectativa inflacionária ou de remuneração nominal do capital financiado embutido no preço de venda a prazo.

Do exposto, decorre necessária a equalização de encargos no processo de comercialização de bens e serviços, excluindo-se, para tanto, da base de incidência do ICMS os encargos financeiros nominais, agregando-se em cada operação de vendas a

prazo, os juros reais e constitucionais ao preço à vista, para conformar a nova base de cálculo do tributo estadual.

Tal mecanismo desestimularia a integração horizontal de empresas (atividade comercial e atividade financeira), ensejando, através da uniformidade e do equilíbrio de preços microeconômicos, ganhos substanciais da ótica macroeconômica pela eficiência na alocação de recursos, agora não mais comprometidos com a administração de um conjunto de atividades financeiras criadas meramente com o objetivo de promover elisão fiscal.

De outra ótica, o Estado não pode ser o veículo estimulador da subida geral de preços, enclavando um imposto explícito (ICMS) sobre o mais odioso e iníquo dos impostos (a inflação), aparecido implicitamente nas vendas a prazo.

De igual forma, não pode o Estado ferir o princípio da neutralidade fiscal, ensejando que ocorram diferenças de tratamento tributário em razão da capacidade financeira de agentes econômicos que operam atividades econômicas semelhantes.

Ademais, cai por terra o argumento utilizado pelos financistas públicos, segundo o qual a alteração proposta incentivaria a rebaixa artificial do preço de venda à vista (base de cálculo do ICMS), tendo-se como resultado verdadeira elisão fiscal. Esta manobra é rigorosamente inviável doravante. Ao teor do artigo 52, do novo Código de Proteção e da Defesa do Consumidor (Lei n° 8078/90), os fornecimentos de produtos ou serviços devem conter informações claras e precisas sobre os seus respectivos preços a pagar, com e sem financiamento.

Eis a íntegra do art. 52 do CDC, citado:

"Art. 52 - No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre:

I - preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional;

II - montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros;

III - acréscimos legalmente previstos;

IV - número e periodicidade das prestações;

V - soma total a pagar, com e sem financiamento,

§ 1° - As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigação no seu termo não poderão ser superiores a dez por cento do valor da prestação."

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 04

EMENDA ADITIVA

Dê-se a seguinte redação ao item "2",

Grupo B, inciso II, art. 23 do Projeto de Lei n° 573/90:

"Art. 23 - As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídas:

II - Grupo B: Alíquota de 12% (doze por cento) para:

1 - ...

2. - a) ração, sais minerais e mineralizados, concentrados suplementos e demais alimentos;

b) sementes, adubos, simples e compostos, fertilizantes, corretivos de solo e mudas de plantas;

c) inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, sarnicidas, vacinas e medicamentos de uso veterinários;

d) sêmens, embriões, ovos férteis, girinos e alevinos;

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

Apoiamento: Renato Adur, Artagão Mattos Leão, Antônio Annibelli e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em questão pretende ampliar consideravelmente o conteúdo da legislação vigente, reduzindo a alíquota de 17% (dezessete por cento) para 12% (doze por cento) para diversos produtos, dentre eles, no inciso "2", para insumos agropecuários, inclusive agrotóxicos, fertilizantes, tratores e etc.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 05.

Emenda aditiva

Acrescentem-se itens ao inciso, Grupo ..., do art. 23, da Lei n° 8933/89.

"Art. 23.

...

Grupo B

...

. caminhões e utilitários para transporte de cargas, classificados nos códigos NBM/SH 8704 (exceto 8704.21.0200 e 8704.31.0200)

. ônibus para transporte de passageiros classificados nos códigos NBM/SH 8702.10.0100 e 8702.10.0200."

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

Apoiamento:

Renato Adur, Artagão Mattos Leão, Antônio Annibelli e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

De longa data, o Governo vem concedendo o favor fiscal da isenção do ICMS nas operações com automóveis de passageiros destinados à prestação de serviços de táxi.

A presente emenda, longe de pretender atribuir caráter exonerativo a veículos de transporte de carga e a ônibus, quer vê-lo incluídos na relação de bens que são tributados a uma alíquota mais favorecida no caso 12%.

Se a isenção do ICMS aos táxis foi conferida com o intuito de reduzir os custos de investimento para operar aquela atividade econômica, idêntico argumento há de sustentar a proposta que se coloca a exame, no sentido de minorar, mesmo que em nível distinto, os custos de aquisição de caminhões, utilitários e ônibus.

Estes também, aliás, se prestam a desenvolver atividades de efeito e conteúdo econômico até mais amplos quando comparados aos táxis.

De outro lado, a emenda torna efetivo o princípio programático posto na Constituição Federal de 1988, que estabelece ser vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente (art.150, II).

Os operadores de atividade econômica de transporte de passageiros em táxis, em ônibus, e de transporte de cargas em caminhões e utilitários, por óbvio, se encontram em situação equivalente.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE N° 06

O art. 2° do Projeto de Lei n° 573/90, fica acrescido do item 11, com a seguinte redação:

"Art. 2° - O inciso II do artigo 23 da Lei n° 8933/89 passa a vigorar com a seguinte redação:

"GRUPO B: alíquota de 12% (doze por cento) para:

11. produtos derivados da carne (embutidos)."

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

Apoiamento:

Sabino Campos, Cândido Bastos, Neivo Beraldin e Djalma de Almeida César.

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente plano de lei é o de corrigir uma distorção de política fiscal, hoje prevalecente.

A carne in-natura proveniente do abate de bovinos, suínos e aves, tem uma alíquota estabelecida por lei, de 12%. Uma vez que os produtos derivados da carne estão hoje com uma alíquota de 17%, há uma diferença injustificada de 5%, que penaliza, em última instância, o próprio consumidor.

Em última análise, há que se afirmar ainda, que a carne embutida, ou os produtos derivados de carne, nada mais são, do que o resultado de um processamento da carne in-natura, não justificando, por via de consequência esta diferença de alíquotas ora existente.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 07

EMENDA ADITIVA

Acrescenta alínea ao inc. II do

art.23, da Lei n° 8.933/89.

"Grupo C: Alíquota de 7% (sete por cento) para:

1 - arroz, em embalagens não superiores a 5 Kg;

2 - óleo de soja ou milho, em embalagens não superiores a 1 litro;

3 - café, em embalagens não superiores a 1 Kg;

4 - açúcar, em embalagens não superiores a 5 Kg;

5 - pão

6 - leite tipo C;

7 - margarina, em embalagens não superiores a 1 Kg;

8 - feijão, em embalagens não superiores a 5 Kg;

9 - carnes frescas, resfriadas ou congeladas, de bovinos, suínos e aves.

Sala das Sessões, em 14.12.90

(a) ORLANDO PESSUTI.

Apoiamento: Renato Adur, Artagão Mattos Leão, Antônio Annibelli, 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A proposta de emenda aditiva tenciona oferecer efetividade a preceitos constitucionais até aqui pouco praticados.

Com efeito, a Constituição Federal de 1.988, ao delegar aos estados a competência para a instituição do ICMS, consignou princípio programático consubstanciado na característica de poder ser o aludido imposto seletivo em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços (art. 155, § 2°, III).

Sabe-se, desde o antigo e extinto ICM, que o gravame tributário sobre mercadorias absorve porções de renda maiores daqueles consumidores que detêm menor capacidade contributiva.

Dai a técnica de atribuir-se características de seletividade a impostos dos gêneros, pela circunstância de se estar, assim, diminuindo o ônus tributário dos bens essenciais ao consumo e aumentando a carga impositiva dos bens não essenciais.

De outro lado, a CF-88 também estabeleceu que as alíquotas internas nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais (art.155 §2°, VI). Vale dizer, o limite inferior de alíquota do ICMS praticável em operações dentro do território paranaense é a menor alíquota incidente em operações interestaduais.

Atendendo a comando constitucional (art.155, § 2°, IV), o Senado Federal, através da Resolução n° 22/89, fixou em 7%, a partir de janeiro de 1.990, a menor alíquota de ICMS aplicável nas operações interestaduais com os estados que especifica.

Tendo em conta que os produtos arrolados na proposta são itens de alimentação

que integram a cesta básica dos trabalhadores (utilizados, inclusive, como base de medida para a fixação do valor do salário-mínimo), a minoração da alíquota do ICMS, especificamente para esses bens, resultará em menores preços e, portanto, absorverá menor parcela de seus respectivos orçamentos domésticos.

Em primeiro momento, certamente ter-se-á uma melhoria no padrão alimentar dos trabalhadores e em segundo instante, a disponibilidade de maior renda familiar (agora não mais comprometida em tão larga escala no consumo de alimentos) proporcionar-lhes-á amplas condições de expandir seu nível de conforto e bem-estar pela aquisição de bens de lazer.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 08

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se item ao inc. ...Grupo ..., ao art. 23, da Lei 8.933-89.

"Art.23.

...

Grupo C

...

energia elétrica, em operações de fornecimento a pessoas jurídicas, ou a elas equipadas, que desenvolvam atividades de produção agropecuária, industrial ou comercial."

Sala das Sessões, em 14.12.90

(a) ORLANDO PESSUTI.

Apoiamento: Renato Adur, Artagão Mattos Leão, Antônio Annibelli, 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O ICMS incidente sobre energia elétrica tem, hoje, como única alíquota a de 25%.

A emenda pretende minorá-la para 17%, posto que o efeito econômico, quer para as empresas quer para o estado, é rigorosamente o mesmo dada a técnica da compensação entre créditos e débitos que timbra os impostos sobre valor adicionado, que é a característica básica do ICMS.

De sorte que, inimportando a alíquota do ICMS que se pratique nas fases intermediárias do ciclo de produção e de circulação da riqueza o princípio da incumulatividade do ICMS determina que a carga tributária final sobre um produto seja equivalente ao resultado da aplicação de alíquota nominal legalmente selecionada para operações com consumidores finais.

É evidente, entretanto, que há um efeito financeiro que se rebate sobre as atividades de produção e de circulação de mercadorias.

Neste sentido, a alíquota maior incidente sobre a energia elétrica gera, tipicamente, um ônus financeiro aos exercentes de atividades econômicas como resultado da antecipação de recursos para quitar o respectivo preço faturado (e nele está embu-

tido o ICMS).

A proposta da emenda, visa, então, a diminuir este encargo financeiro pela adoção de uma alíquota de ICMS menor (17%) para as operações com energia elétrica nas situações especificadas.

Como se viu, o efeito econômico da tributação de energia elétrica permanecerá o mesmo, donde se infere que o Tesouro do Estado não sofrerá qualquer alteração no encaixe de sua receita tributária real.

Ademais, se o Poder Executivo Estadual admite minorar a alíquota do ICMS, de 25 para 17%, nas operações com automóveis importados que produz efeito econômico sobre a receita, com muito maior razão deve ser aceita proposta que vise à diminuição do impacto financeiro causado pela incidência de 25% sobre energia elétrica, em operações com produtores agropecuários, industriais ou comerciais. Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emendas. Aprovadas.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 266/90, de autoria dos Deputados Mário Pereira e Caíto Quintana, que estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e comunicação - ICMS. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Mário Pereira, Caíto Quintana e Rafael Greca, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI N° 266/90

Artigo Único - O Projeto de Lei n° 266/90, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art.1° - Para efeito da fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, a partir do exercício financeiro de 1991, serão observados os seguintes critérios:

I - oitenta por cento (80%), considerado o valor adicionado nas operações relativas ao ICMS realizada em cada município e em relação ao valor adicionado do Estado, apuradas segundo o disposto na Lei Complementar Federal n° 63, de 11 de janeiro de 1990;

II - oito por cento (8%), considerada a produção agropecuária no território do

município em relação à produção do Estado, segundo dados fornecidos à Secretaria de Estado da Fazenda pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, observado o seguinte:

a) o Estado apurará a relação percentual entre o valor da produção agropecuária em cada município e o valor total do Estado considerando a média dos índices apurados nos dois anos civis imediatamente anteriores ao da apuração;

b) para o exercício de 1991, serão considerados os valores declarados relativos à comercialização de produtos primários apropriados no cálculo do índice definitivo constante do Decreto n° 7.259, de 28 de agosto de 1990;

III - seis por cento (6%), considerado o número de habitantes do município em relação ao do Estado, segundo dados fornecidos pelo último censo oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

IV - dois por cento (2%), considerado o número de propriedades rurais cadastradas no município em relação ao número das cadastradas no Estado, segundo dados atualizados fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

V - dois por cento (2%), considerada a área territorial do município em relação ao do Estado, em metros quadrados, conforme registros atualizados fornecidos pelo Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF;

VI - dois por cento (2%), como fator de distribuição igualitária a todos os municípios.

Art. 2° - Regulamentado o art. 132 e seu parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná, aplicar-se-á aos municípios beneficiados por aquela norma, cinco por cento (5%).

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 14.12.90

(aa) MÁRIO PEREIRA, CAÍTO QUINTANA
e RAFAEL GRECA.

Apoiamento: Orlando Pessuti, Algaci Túlio, Cândido Bastos, Neivo Beraldin e Renato Adur.

Sobre a mesa, há uma emenda substitutiva geral, de consenso. Vou submetê-la a votos. A emenda é substitutivo geral. Se for aprovada esta emenda, as demais serão prejudicadas.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, um esclarecimento. A emenda é esta que foi acordada com as lideranças dos demais partidos?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Per-

feitamente, entre os Líderes Caíto Quintana, Rafael Greca de Macedo, Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de Ordem) -

Sr. Presidente, eu queria deixar claro que a Bancada do PDT participou das discussões para que houvesse este consenso nesta emenda, com relação ao ICMS. Muito embora, a Capital do Estado do Paraná venha a sofrer uma queda na arrecadação do ICMS nós entendemos que não haveria uma outra maneira, uma outra condição de se alterar esse projeto de lei. De qualquer maneira Curitiba está dando uma demonstração de solidariedade aos demais municípios e espera que esta mesma solidariedade que se está dando no consenso desta emenda se reflita também na solidariedade do Governo do Estado do Paraná no tratamento com a capital do Estado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)

Posso justificar voto, Sr. Presidente?

Eu quero reafirmar como Deputado do interior, de cidades pequenas, que a cidade do interior também oferece a sua parcela à capital do Estado. E se assim houve o consenso de ambas as partes para que não prejudique a capital, as grandes cidades, e nem as pequenas, nós queremos registrar que as cidades têm sido também o avanço do desenvolvimento da capital do estado e até do nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Tam-

bém queria registrar que no decurso das discussões da apreciação deste projeto de iniciativa do ilustre Deputado Mário Pereira, eleito vice-Governador, algumas contribuições valiosas essa Casa recebeu, por exemplo, um trabalho que foi exposto numa reunião do Plenarinho desta Casa por integrantes da SURHEMA, da Sanepar do ITCF, de alguns Prefeitos da Grande Curitiba, e também de cidades distantes, como Telemaco Borba. Naquela reunião principalmente discutia-se a proteção aos municípios que têm mananciais que produzem água para a satisfação da capital e outras cidades, como também foi lembrada a questão da manutenção do verde em áreas maiores. Portanto não só o entendimento entre as lideranças de Bancadas desta Casa neste projeto de oportunidade indiscutível do Deputado Mário Pereira, esta Casa recebeu de entidades outras, da Associação dos Municípios do Paraná, da grande Curitiba, da Prefeitura Municipal com a presença aqui constante do Deputado Rafael Greca e do vice-Prefeito de Curitiba o Deputado Algaci Túlio, esta Casa concluiu com a contribuição de tantos num projeto que resulta de um consenso desta. Era o registro que não podia deixar de fazer.

O SR. NEIVO BERALDIN - (Pela Ordem) Como autor da emenda e da proposição no sentido de incluir os municípios que tenham área de manancial e pelo entendimento acolhido dos autores do projeto, Mário Pereira e Caíto Quintana, eu quero fazer não só um agradecimento mas uma saudação a todos os Deputados desta Casa porque entendo o momento histórico jamais se discutiu, jamais se preocupou a Assembléia Legislativa, a classe política com os mananciais, com a preservação da natureza. Agora se discute aqui um assunto importante e se dá prioridade, se coloca na pauta e fica valendo um percentual aos municípios, evidente de que logo após regulamentado o artigo 132 da Constituição aos municípios que têm área de manacial. Faz-se justiça, faz-se com que se preserve a natureza e se de uma contra partida àqueles municípios que não podem industrializar o seu parque porque têm que manter essas áreas preservadas. Por isso a nossa saudação aos Deputados que compreenderam este ponto tão importante que é a natureza.

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, para encaminhar, eu só queria registrar nesta tarde a votação desse importante projeto que reestabelece a justiça na distribuição do ICMS do Estado. De qualquer forma a apresentação da emenda substitutiva geral dos Deputados Mário Pereira e Caíto Quintana, apesar do desconhecimento do Plenário eu me reservo o direito de ainda amanhã, em terceira discussão, voltar ao assunto, de qualquer maneira nós não seremos aqui nenhum obstáculo à votação da segunda discussão desse projeto.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Senhor Presidente, só para encaminhar, também, gostaria de me solidarizar ao Deputado Neivo Beraldin pela sua emenda, especialmente porque o projeto de Lei já votado em duas discussões de nossa autoria, de Lei Florestal há um ano tramitando nesta Casa já prevê o mesmo artigo especialmente atendendo à Constituição Estadual, estendendo inclusive o benefício não só à questão específica de mananciais, mas também a todos os eventuais municípios que ainda tivessem no Estado do Paraná mais de 40% de cobertura florestal.

Isso é uma atitude digna e de respeito aos municípios que não se desenvolveram, para poder manter a qualidade de vida do povo do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o substitutivo geral. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. A aprovação desse substitutivo signi-

fica a rejeição das demais emendas. APROVADO.

O projeto irá à 3.ª discussão.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.260/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.92/90), que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 291 da Lei Complementar n. 14, de 26.5.82, acrescentado pela Lei Complementar n. 48, de 21.12.89. (Delegado de Polícia). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 468/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 161/90), que cria o estágio remunerado nas instituições públicas estaduais, da administração direta e indireta e fundações instituídas pelo poder público. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 475/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 165/90), que autoriza aquele poder afirmar com o município de Maringá, Termo de Cessão de uso de uma área de terra com 672,96m2, parte do imóvel pertencente ao estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 496/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 170/90), que dispõe sobre a Coordenadoria de Pesquisa e Ensino Artístico CEA). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 526/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 180/90), que autoriza aquele Poder a doar ao município de Toledo o imóvel que especifica no distrito de Novo Sarandi. Com PARECER da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, gostaria que fosse feita verificação de votação.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vai se proceder à chamada nominal.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Retiro a chamada nominal.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Senhor

Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Será feita a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (Prossegue a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderem à chamada trinta e oito (38) Senhores Deputados. Há "quorum" para votação.

3ª Discussão do Projeto de Lei n. 526/90. Em discussão. Em votação. APROVADO.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 527/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 182/90), que cria 352 empregos de agente de reclusão II no quadro de pessoal CLT do Departamento Penitenciário do Estado, unidade da Secretaria da Justiça. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 540/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem 184/90), que concede abono provisórios aos integrantes do magistério estadual, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 547/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 187/90), que cria no quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação - SEED, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, os empregos que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 618/90, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que declara de Utilidade Pública a área de terras que especifica, para fins de desapropriação. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 625/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 225/90), que institui a Defensoria Pública no Estado do Paraná, observados os artigos 134 da Constituição Federal e 127 e 128 da Constituição do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL, Com EMENDA DE PLÊNARIO.

So o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 5 (cinco) sessões, do Projeto de Lei Complementar n. 625/90. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - registro meu voto

contrário, Senhor Presidente.

O SR. RUBENS BUENO - Voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) O Senhor Paulino José Delazeri requer verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto. Que aprovam o requerimento do Deputado Baggio, queiram levantar-se

O SR. RUBENS BUENO - Desculpe-me, Senhor Presidente, mas nós estamos votando o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) O requerimento de retirada por cinco sessões.

O SR. RUBENS BUENO - E quem aprova?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Levanta-se.

Doze (12) Senhores Deputados aprovam o requerimento.

Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Onze rejeitam. Não há "quorum" para votação.

O SR. MARIO PEREIRA - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) ... 38 (trinta e oito) Senhores Deputados responderam à chamada.

A Mesa solicito às pessoas estranhas ao Plenário que se retirem do mesmo e que os Deputados tomem assento em seus lugares.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Eduardo Baggio, retirando por cinco sessões, queiram conservar-se como estão. APROVADO.

O SR. RUBENS BUENO - Gostaria que Vossa Excelência registrasse o voto em contrário dos Deputados Luciano Pizzatto, Algaci Túlio, Paulino Delazeri e Rubens Bueno e Antônio Bárbara.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Registra do.

O SR. NEIVO BERALDIN - Também gostaria que registrasse, também, o meu voto em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) O Deputado Erondy Silvério requer a prorrogação do período legislativo. Matéria que tem preferência sobre todas as matérias constantes da Ordem do Dia. "Fica prorrogado o período legislativo de Sessões Ordinárias, por mais três sessões. Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação".

Os Senhores Deputados que aprovam a prorrogação por três sessões ...

O SR. RUBENS BUENO - (Questão de Ordem) Senhor Presidente, a apauta toda já foi votada, ou tem preferência a votação desta proposta?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Esta tem preferência sobre todas as matérias. Artigo 192 do Regimento Interno, parágrafo 1º.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vai-se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto de resolução do Deputado Erondy Silvério, queiram levantar-se.

31 (trinta e um) dos Senhores Deputados Aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

3 (três) Senhores Deputados rejeitam.

A Mesa prorroga o período legislativo, a partir de segunda-feira.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 69/89, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial do município de Imbituva para o município de Irati, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 307/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, objetiva transferir a área de território que especifica, do município de Imbituva para o município de Irati.

Encontra-se a proposição devidamente documentada com o abaixo assinado realizado nas localidades de Pinho de Baixo e Pinho de Cima, declarações das Câmaras Municipais dos dois municípios, bem como da Prefeitura de Irati comprometendo-se a atender devidamente a área a ser transferida, memorial descritivo da área, declaração da agência do Banco do Brasil, enumerando os usuários das localidades que se utilizam dos benefícios da agência de Irati, e outros mais.

Examinando o aspecto da constitucionalidade da iniciativa, nada há a opor, razão pela qual opinamos pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Comissões, 21.11.90.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

SABINO CAMPOS

Relator

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 79/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Associação Comercial e Industrial de Paranaíba, objetivando promover e divulgar as oportunidades e as potencialidades regionais. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 102/90, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, com vistas à criação do município de São José do Ivaí, desmembrado do Município de Santa Izabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 106/90, de autoria da Comissão Geral, que autoriza a realização de plebiscito no Município de Grandes Rios, para que a população decida sobre a criação do município de Rio Branco do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Há resolução já neste sentido. Retira-se o projeto da Ordem do Dia.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 189/90, de autoria da Comissão Geral, que autoriza o convênio celebrado entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e o município de Goioerê, objetivando a prestação de

apoio financeiro para a realização de um projeto de viabilização econômica com vistas à implantação de um frigorífico bovino/suíno. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 192/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 139/90), que solicita autorização a fim de que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com a Fundação Universidade Federal do Paraná para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura, objetivando a realização dos projetos que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 270/88, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que denomina Colégio Estadual Moysés Lupion, o atual Colégio Estadual Valle Porto, em Antonina-Pr. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E. e C.O.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 270/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus, o presente projeto de lei tem por finalidade denominar de Colégio Estadual Moysés Lupion, o atual Colégio Estadual Valle Porto, de Antonina, Estado do Paraná.

De acordo com a justificativa apresentada tal modificação visa reconhecer os méritos do governador Moysés Lupion, que semeou vários melhoramentos em Antonina, através de uma dinâmica administração.

Legal e constitucional a matéria não encontra qualquer óbice que possa obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.88.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 270/88

PARECER:

De autoria do Deputado Gernote Kirinus, o presente projeto de lei tem por finalidade denominar de Colégio Estadual Moysés Lupion, o atual Colégio Estadual Vale Porto do município de Antonina, Estado do Paraná.

Quanto ao mérito a matéria acha-se devidamente justificada através da documentação existente do processo que bem demonstra a razão pela qual a população optou pela denominação de Escola para Moysés Lupion, que por motivos alheios a sua vontade a partir de 1964, perdeu a denominação citada acima.

Diante do exposto esta Comissão de Educação manifesta o seu parecer favorável pela aprovação ao projeto em exame.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.89.

(aa) LINDOLFO JÚNIOR

Presidente

NESTOR BAPTISTA

Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 270/88

PARECER

O Projeto de Lei n° 270/88, de autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus, que tem por finalidade denominar "Colégio Estadual Moysés Lupion" o atual Colégio Estadual Vale Porto do município de Antonina, neste Estado.

Examinando atentamente a justificativa anexa ao presente projeto de lei, que visa homenagear o ex-governador Moysés Lupion, fazendo justiça aos relevantes benefícios recebidos por aquele município, na administração daquele governador.

Quanto ao mérito a matéria acha-se devidamente dentro das normas constitucionais, através da documentação existente no processo, demonstrando a razão pela qual não somente as autoridades, mas também a população optou pela denominação da escola para Colégio Estadual Moysés Lupion, que por motivos alheios a vontade daquela laboriosa população, perdeu a citada denominação acima, a partir do ano de 1964.

Diante do exposto, esta douta Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicações, manifesta o seu Parecer Favorável ao Projeto de Lei em exame.

Sala das Comissões, em 14.09.89.

(aa) ACIR MEZZADRI

Presidente

ANTÔNIO BÁRBARA

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 041/90, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que concede transporte coletivo intermunicipal, gratuito, para maiores de 65 anos de idade, em todo o território paranaense. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 041/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Cândido Bastos, tem por finalidade conceder transporte coletivo intermunicipal, gratuito, para maiores de 65 anos de idade, em todo o território paranaense.

A medida, consubstanciada no projeto de lei em tela é justa e de alto cunho social e humanitário.

Além disso, não encontra esta Comissão Geral óbice legal ou constitucional ao mesmo.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.11.90

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 561/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 193/90), que autoriza aquele poder a participar de consórcio com outros estados, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 561/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 193/90, objetiva colher desta Casa de Leis a devida autorização para a participação do Estado do Paraná de consórcio com outros Estados, com finalidade de sistematização de ações para preservação e uso dos ecossistemas da Serra do Mar.

Realizada a análise da solicitação em tela, sob as égides legais, constitucionais e regimentais, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a mesma em condições de ser apreciada pelo egrégio Plenário desta Assembléia Legislativa.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do projeto em exame.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

PIRAJÁ FERREIRA - Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 564/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 194/90), que autoriza aquele poder a participar de consórcio com o estado de Santa Catarina, conforme especifi-

ca. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 564/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo através da Mensagem Governamental n. 194/90, objetiva colher desta Assembléia Legislativa a autorização para a participação do Estado do Paraná em Consórcio com o Estado de Santa Catarina, visando a sistematização de ações no sentido de promover o desenvolvimento integrado da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, através de um programa interinstitucional.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental da solicitação em exame, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, estando a proposta em condições de ser apreciada pelo egrégio Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL opinando pela APROVAÇÃO do projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 575/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 200/90), que autoriza aquele poder a doar ao município de Manguaçu o lote de terreno sob n. 16-A, situado no quadro suburbano da sede daquele município, com área de 5,25 hectares, havido pelo Estado conforme transcrição n. 1192, às fls. 235 do livro 4-C do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmas, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 575/90

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem do PODER EXECUTIVO, o projeto de lei em tela autoriza o Estado do Paraná a doar ao município de Manguaçu o lote de terreno sob n. 16-A, situado no quadro suburbano da sede daquela municipalidade, com área de 5,25 hectares, havido pelo Estado conforme transcrição n. 1192, às fls. 235, do Livro 4-C, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmas.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa atende aos superiores interesses da administração e da coletividade,

eis que será utilizado à proteção ecológica e ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de reversão automático ao patrimônio do Estado, caso haja descumprimento de tais condições.

Pela razões acima expostas, e por ser constitucional, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 587/90, autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 206/90), que altera, na forma que especifica, a tabela de salários do pessoal regido pela CMT, integrante do grupo Atividade Aviação, da Divisão de Transporte da Casa Militar da governadoria do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 587/90

P A R E C E R:

Oriundo de mensagem do Poder Executivo, o projeto de lei em tela altera, na forma que especifica e a partir de 1° de dezembro de 1990, a tabela de salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, integrante do Grupo Atividade Aviação, da Divisão de Transporte, da Casa Militar, da Governadoria do Estado.

O plano de lei que ora examina-se visa recompor salários dos servidores do grupo Atividade Aviação, que abrange Pilotos, Co-Pilotos e Mecânicos de Manutenção de Aeronaves, e prevê um acréscimo de 40% (quarenta por cento) sobre a tabela de novembro/90, a vigorar a partir de 1° de dezembro de 1990.

Pelas razões acima expostas, e por não existirem óbices legais ao trâmite do projeto na Casa, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 612/90, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica, a ser destinado para a instalação da área administrativa da Prefeitura daquele município. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 612/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Nereu Massignan, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo, a doar ao município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

RAUL LOPES

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 613/90, de autoria do Deputado Nereu Massignan, que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 613/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Nereu Massignan, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

RAUL LOPES - Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 622/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 266/90), que autoriza aquele poder a empenhar as despesas com pessoal e encargos sociais, além do limite estabelecido no artigo 31 da Lei Estadual n° 9.407, de 19.10.90. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 622/90

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 226/90, o plano de lei em tela, encaminhado a esta Casa de Leis, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a empenhar as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, além do limite estabelecido no artigo 31 da Lei Estadual n° 9.407 de 19.10.90.

Ao se proceder à análise legal, regimental e constitucional da presente medida, nada foi encontrado que pudesse impedir a sua tramitação processual legislativa, vindo pois a merecer a apreciação por esta egrégia Casa de Leis.

Neste sentido, esta douta Comissão Geral, ao ser chamada a se pronunciar, vem fazê-lo favoravelmente.

É o parecer. Pela aprovação do Projeto de Lei n° 622/90.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

PIRAJÁ FERREIRA - Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 49/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Guaraniaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Diamante do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 195/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, (Mensagem n° 141/90, ex-Proposição n° 137/90), que ratifica o convênio celebrado em 12.06.90, entre o Estado do Paraná e a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, objetivando repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, para execução do Projeto "Sistema Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia". Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 196/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, (Mensagem n° 142/90, ex-Proposição n° 136/90), que autoriza o convênio datado de 17.07.89, bem como o termo aditivo firmado entre as mesmas partes, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, objetivando o desenvolvimento de atividades de pesquisa na produção de mudas de erva-mate, bem como o manejo erval a ser implantado no Parque Histórico do Mate. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 197/90 de autoria do PODER EXECUTIVO (Men-

sagem n° 134/90, ex-Proposição n° 135/90), que autoriza o convênio celebrado entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Associação Comercial e Industrial de Maringá, objetivando a divulgação das potencialidades econômicas de Maringá e região. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 198/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, (Mensagem n° 122/90, ex-Proposição n° 118/90), que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a conveniar com o Sindicato dos Químicos do Estado do Paraná - SIQUIM/PR, objetivando a prestação de apoio financeiro do Estado para publicação do livro "Matérias primas minerais". Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 543/90, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente 2º Exército da Salvação. Aprovado. (Publ.no DA n° 129 de 30.10.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 545/90, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a Igreja Apostólica Primitiva do Brasil, com sede e foro nesta Capital. Aprovado. (Publ.no DA n° 129 de 30.10.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 553/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 189/90), que autoriza aquele poder a proceder à retirada do Estado do Paraná como Estado participante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), ou a pleitear a liquidação ordinária do referido banco, no caso de acordo entre os demais participantes. (Publ.no D.A.n° 133 de 06.11.90).

Aprovado.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente;

Seria interessante que registrássemos aqui nesta hora, o meu voto no Projeto de Lei n° 553, na questão do BRDE, que o voto é pela legalidade hoje, mas, me reservo o direito de na 2ª discussão, então, votarmos quanto ao mérito. Aí que nós estamos convocando os Parlamentares para que nós possamos então, com toda a sociedade aqui reunida, discutir e entrar profundamente na análise do mérito.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para justificar também, Sr. Presidente.

Também quero dizer da minha posição foi com relação a este projeto de lei, que já motivo de debate nesta Casa, e que já, inclusive, há um pedido de uma sessão especial para debater BRDE, BADEP com mais profundidade.

Então, pela legalidade, eu tinha até um requerimento para retirada, da Ordem do Dia, nós votamos hoje favorável, mas pretendemos discutir na seqüência, a Bancada do PDT e demais Deputados, na semana que vem, com mais profundidade este projeto.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 599/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 212/90), que autoriza aquele poder a permutar o imóvel constituído pelo lote de terras na sede do município de São Jerônimo da Serra, de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 144 de 28.11.90. Mens.)

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 600/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 213/90), que autoriza aquele poder firmar, com o município de Cruzeiro do Oeste, termo de cessão de uso do imóvel onde funciona o núcleo social daquele município conforme especifica. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 144 de 28.11.90. Mens.)

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 601/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 215/90), que transforma, na estrutura da Coordenação da Receita do Estado da Fazenda, 05 (cinco) cargos de provimento em comissão de Delegado Regional da Receita, categoria "C", em 05 (cinco) cargos de provimento em comissão de Assistente Técnico, categoria "C", conforme especifica. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 144 de 28.11.90. Mens.)

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 603/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 216/90), que autoriza aquele poder a firmar, com o município de Bocaiúva do Sul, termo de cessão de uso de área que especifica, naquele município. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 145 de 29.11.90 Mens.)

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 606/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 220/90), que autoriza aquele poder a ceder, em caráter de utilização gratuita, o imóvel que especifica. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 148 de 05.12.90 Mens.)

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 610/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO e outros, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Docentes de Ensi-

no Superior de Campo Mourão. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 148 de 05.12.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 614/90, de autoria do Deputado NEREU MASSIGNAN, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 148 de 05.12.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 615/90, de autoria do Deputado NEREU MASSIGNAN, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Foz do Iguaçu, os imóveis que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 148 de 05.12.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 621/90, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que cria a Região Administrativa de Foz do Iguaçu, com sede na localidade do mesmo nome. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 149 de 06.12.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 631/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que concede a Senhora Ignez Picollo de Oliveira, viúva do ex-Prefeito de Andirá, Mauro Cardoso de Oliveira, pensão mensal no valor de Cr\$ 17.673,64 (dezesete mil, seicentos e setenta e três cruzeiros e sessenta e quatro centavos). Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 631/90
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedida à Sra. IGNEZ PICOLLO DE OLIVEIRA, viúva do ex-Prefeito do Município de Andirá, por 02 (dois) mandatos Sr. Mauro Cardoso de Oliveira, inclusive quando faleceu estava exercendo o seu mandato, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 17.673,64 (dezesete mil, seicentos setenta e três cruzeiros, sessenta e quatro centavos).

Parágrafo Único - a pensão de que trata o "caput" deste artigo deixará de ser devida, caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) HERMAS BRANDÃO.

Apoiamento: Lindolfo Júnior, Nereu Carlos Massignan, Pedro Tonelli e Haroldo Rodrigues Ferreira.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 050/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no município de Cor-

bélia, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Anahy. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 050/90
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Corbélia, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de ANAHY.

"Começa na BR-369, no início da estrada Timburi. Segue pela estrada Timburi, até o Rio Cachoeirinha ou dos Porcos; desce este até sua foz, no Rio Piquiri; sobe por este até a foz do Rio Rebouças ou Sapucaí; sobe por este até a ponte na estrada Rancho Alegre, que liga Iguatu à BR-369; segue por esta até a BR-369; segue por esta até a estrada Timburi, ponto inicial e final".

Perímetro Urbano

"Ponto inicial: o encontro da rua Marcílio Dias com a rua Piquiri na Av. São Paulo; segue pela rua Piquiri até a rua Toneleros; segue por esta até a rua Rio Ivaí; segue por esta até a rua Bandeirantes; segue por esta até a rua Sem Denominação na Quadra n° 7 (inclusive); segue por esta até a Av. Paraná; segue por esta até a Rua Almirante Tamandaré; segue por esta até a rua Rio da Areia; segue por esta até a rua Dois; segue por esta até a rua Cinco; segue por esta até a rua Almirante Tamandaré; segue por esta até a rua Rio Tibagi; segue por esta até a Av. Brasil; segue por esta até a rua Marcílio Dias; segue por esta até a rua Piquiri na Av. São Paulo, ponto final".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) MÁRIO PEREIRA.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 114/90, de autoria do Deputado Mário Pereira, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Corbélia, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Iguatu. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 114/90
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTDO DO PARANÁ

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Corbélia, para que a população decida sobre a criação do Município de Iguatu.

"O Município, tem como ponto inicial e

final a Foz do Rio Novais no Rio Piquiri. Do ponto inicial sobe pelo Rio Novais até a Foz do Córrego Taquarussu, sobe por este até a sua nascente, da sua nascente em linha reta e seca no sentido da mesma até a Estrada Iguatu-Braganey, por esta até a Estrada Corbélia-Iguatu, por esta até a ponte sobre o Rio Rebouças ou Sapucaí, desce por este até a sua Foz no Rio Piquiri, subindo por este até a Foz do Rio Novais ponto inicial."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(a) MÁRIO PEREIRA.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 199/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 121/90, ex-Proposição n° 117/90), que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, a celebrar convênio com a Sociedade Paranaense de Cultura (SPC), entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC), objetivando a prestação de apoio financeiro do Estado para realização de projetos e publicações. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 117/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 121/90, a presente proposição tem por finalidade o referendo deste Poder Legislativo ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, com a Sociedade Paranaense de Cultura - SPC, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC, objetivando a prestação de apoio financeiro do Estado para realização de projetos e publicação conforme especificado no quadro integrante da referida minuta.

De acordo com o artigo 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público ou privado e ratificar os que por motivos de urgência e de relevante interesse público, forem efetivados sem essa autorização, desde que encaminhados à Assembléia Legislativa, nos noventa dias subseqüentes à sua celebração.

Analisando os termos do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua autoriza-

ção, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Presidente;
HERMAS BRANDÃO - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 200/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 110/90, ex-Proposição n° 86/90), que autoriza o Poder Executivo a subscrever ações, através da Fundação de Esporte e Turismo, para integralizar aumento de seu capital na COMFOZTUR. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 63, de 30.05.90).

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 86/90

P A R E C E R:

A presente proposição, oriunda da Mensagem n° 110/90, visa solicitar autorização desta Casa a fim de que o Poder Executivo, através da Fundação de Esporte e Turismo, possa subscrever ações no montante de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), para integralizar aumento de seu capital na Companhia Foz do Iguaçu de Turismo - COMFOZTUR.

Tal subscrição de ações será atendida por recursos oriundos do orçamento da Fundação de Esporte e Turismo.

Não havendo óbice de natureza legal e regimental nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;
LUCIANO PIZZATTO - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 201/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 24/90 - ex-Proposição n° 21/90), que ratifica o protocolo de intenções, firmando em 12.01.90, entre o Estado do Paraná, a APPA e a PORTOBRÁS, visando ampliar o corredor de exportação. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 021/90

P A R E C E R:

A presente proposição oriunda da Mensagem n° 24/90, visa ratificar o Protocolo de Intenções, já firmado, por motivo de urgência, em 12 de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e a Empresa de Portos do Brasil S.A. - PORTOBRÁS, visando ampliar a capacidade do Corredor de Exportação.

A solicitação desta proposição é a ratificação desta Casa ao Protocolo de In-

tenções já citado, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Por motivo de urgência, foi celebrado em 12.01.90.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, nos termos do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;
LUCIANO PIZZATTO - Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 093/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 114/90), que ratifica o convênio celebrado em 04.04.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Conselho Comunitário de Segurança do município de Santa Helena, objetivando reparos de veículos, de instalações e de equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 093/90

P A R E C E R:

Oriunda de Mensagem Governamental n° 114/90, a presente proposição tem por finalidade o referendo deste Poder Legislativo ao convênio celebrado em 04.04.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Conselho Comunitário de Segurança do Município de Santa Helena, objetivando reparo de veículos, de instalações e de equipamentos da Polícia Civil e Polícia Militar.

De acordo com o artigo 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público ou privado e ratificar os que, por motivo de urgência e de relevante interesse público, forem efetivados sem essa autorização, desde que encaminhados à Assembléia Legislativa, nos noventa dias subseqüentes à sua celebração.

Analisando os termos do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL opinando-se pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;
DAVID CHERIEGATE - Relator.

Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 104/90,

de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 116/90), que ratifica os convênios, já celebrados por motivos de urgência, em 28 de março de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os municípios de Reserva, São Jorge do Ivaí, São João do Triunfo, Prudentópolis, Bituruna, Iguaçu e Mamborê, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídas na forma do Programa Rural.

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 104/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 116/90, a presente proposição tem por finalidade o referendo deste Poder Legislativo aos convênios celebrados por motivo de urgência, em 28 de março de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios que especifica, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas e a serem construídas na forma de Programa Paraná Rural.

De acordo com o artigo 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado com entidades de direito público ou privado e ratificar os que, por motivos de urgência e de relevante interesse público, forem efetivados sem essa autorização, desde que encaminhados à Assembléia Legislativa, nos noventa dias subseqüentes à sua celebração.

Analisando os termos dos convênios firmados, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

DAVID CHERIEGATE - Relator.

Aprovada.

Sobre a mesa, requerimento de n° 2897 de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferrei-

ra, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2877, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2892, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2886, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2880, 2899, 2900 de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2889, 2890, 2893, 2894, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2896, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2875, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 321/89, dos Projetos de Lei n° 270/88, 41, 266, 561, 564, 573, 575, 587, 612, 613 e 622/90, dos Projetos de Resolução n°s 49, 168, 195 a 198/90

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 543, 545, 553, 566, 599, 600 a 603, 606, 610, 614, 615, 621 e 631/90, dos Projetos de Resolução n°s 50, 114, 199 a 201/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 299/86, 23, 74, 313, 376/89, 521, 525, 602, 609, 611, 620, 626 a 628/90, dos Projetos de Resolução n°s 202 a 206/90, 209 a 212 e 214/90.

Levanta-se a sessão.